

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÍCARO DONATONI PINHEIRO

**QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA NA IDENTIDADE NACIONAL NA VILA
ALBORNOZ (BR) E MASSOLLER (UY)**

Santana do Livramento

2017

ÍCARO DONATONI PINHEIRO

**QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA NA IDENTIDADE NACIONAL NA VILA
ALBORNOZ (BR) E MASSOLLER (UY)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Veppo
Burgardt

Santana do Livramento

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

CDD: 327

P654q Pinheiro, Ícaro Donatoni

QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-
URUGUAI: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA NA IDENTIDADE
NACIONAL NA VILA ALBORNOZ (BR) E MASSOLLER (UY) / Ícaro
Donatoni Pinheiro.

92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.

"Orientação: Victor Hugo Veppo Burgardt".

1. Identidade Nacional. 2. Soft Power. 3. Fronteira. 4.
Cultura Globalizada. 5. Brasil Uruguai. I. Título.

ÍCARO DONATONI PINHEIRO

**QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA NA IDENTIDADE NACIONAL NA VILA
ALBORNOZ (BR) E MASSOLLER (UY)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Orientador

(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Fábio Régio Bento

(UNIPAMPA)

Prof. Ms. Henrique Braustein Raskin

(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTO

Agradeço à Universidade Federal do Pampa por todo acesso ao conhecimento e as experiências que me proporcionou durante os anos da graduação.

Aos professores que trouxeram exemplos do que vem a ser educação, ciência e conhecimento de fato.

Em especial agradeço ao meu pai Luíz Fernando Pinheiro e a minha mãe, Ana Maria Donatoni Pinheiro, a dona Lia, todo amor, apoio e exemplo de vida, toda a força que fizeram e fazem para trazer mais um bacharel, mais um internacionalista para este mundo e a esperança que sempre se renova, como diamantes em meio de carvão, são os sorrisos sinceros nas situações mais complicadas que já passei, ou passamos nestes anos.

Em especialíssimo agradeço ao meu avô Gilberto Donatoni, o homem que formou grande parte do meu caráter e de quase tudo que sou, por todo tempo que passou conosco neste plano e se foi ainda no começo deste ano. Agradeço por tudo! Meu avô costumava dizer “nunca dei uma bala se quer para meus netos” mas consciente do amor, do exemplo de pessoa e de tudo que depositou em todos nós, eu sei que nenhuma bala, nada material realmente faltou perto de toda essa base sólida, honesta, e firme que nos deu fundamento, como pai, como avô, como homem.

Agradeço também à todas as pessoas que se fizeram presente nos meus relacionamentos ao longo dessa etapa, amigos, grandes amigos que fizeram da minha vida algo feliz, agradeço dividirem seu tempo comigo.

Agradeço as mãos que me apoiaram, aos braços que me abraçaram, e agradeço à grande apoiadora do meu trabalho em sua hora mais difícil de ser completada, agradeço à grande amiga e namorada Laise Barão Gallois.

*“Eu sou estrela no abismo do espaço
O que eu quero é o que eu penso e o
que eu faço
Onde eu to não há bicho-papão
Eu vou sempre avante no nada infinito
Flamejando o meu rock, o meu grito
Minha espada e a guitarra na mão”
(Raul Seixas)*

RESUMO

A região da fronteira entre Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), mais especificamente as vilas Thomaz Albornoz e Massoller constituem uma fronteira *sui generis* dada suas características de conurbação, distância dos grandes centros e caráter de território contestado, porém pacífico. Somando-se estes fatos à aparente negligência de seus centros, a forte presença da mídia televisiva brasileira se tornou o maior meio de propagação cultural na localidade, transformando o caráter nacional dessas populações. Considerando tal, constitui um local onde o estudo de teorias já consolidadas como de identidade cultural, cultura globalizada, nação e nacionalismo e *soft power* se faz necessário, de modo a entender o impacto da mídia televisiva brasileira na conformação da identidade nacional desta população frente a seu afastamento e permeabilidade sócio-cultural atual. Os métodos utilizados para este estudo são as pesquisas bibliográficas, observador participante, entrevistas de roteiros semi estruturada.

Palavras-chave: Identidade Nacional. Soft Power. Fronteira. Cultura Globalizada. Brasil Uruguai.

ABSTRACT

The frontier region between Santana do Livramento and Rivera, more specifically Vila Thomaz Albornoz and Massoller constitute a frontier *sui generis* given their characteristics of conurbation, distance from their great centers and character of disputed territory, although pacific. Adding to this facts the apparent negligence of their centers, the strong presence of the brazilian television media turned the largest cultural propagation in that area, transforming the national character of these populations. Considering this, came to be a place where is needed the theoretical studies of cultural identity, globalized culture, nation and nationalism and the soft power theory, in the impact of the brazilian television media on the resignation of the national identity of these populations by the distance and the actual social-cultural permeability. The methods used for this study are bibliographical research, participant observer, semi-structured screen interviews.

Key words: National Identity. Soft Power. Frontier. Globalized Culture. Brazil Uruguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caixa d'água Albornoz	64
Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul.....	65
Figura 3 – Túmulo	66
Figura 4 – Mapa de Massoller	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade dos uruguaiois	76
Tabela 2 - Compreensão do português	76
Tabela 3 - Consumo midiático por uruguaiois	76
Tabela 4 - Origem das mídias consumidas	76
Tabela 5 - Influência da televisão no aprendizado do português	76
Tabela 6 - Frequência de consumo de canais brasileiros	77
Tabela 7 - Consumo da televisão brasileira na infância	77
Tabela 8 - Opinião sobre o Brasil	77
Tabela 9 - Idade dos brasileiros	78
Tabela 10 - Consumo midiático por brasileiros	78
Tabela 11 - Origem das mídias consumidas	78
Tabela 12 - Frequência de consumo da televisão brasileira	78
Tabela 13 - Consumo da televisão brasileira na infância	78
Tabela 14 - Opinião sobre o Brasil	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	19
2.1 Identidade	19
2.2 Cultura Globalizada	27
2.3 Nação	33
2.4 <i>Soft Power</i>	42
3 HISTÓRICO DA REGIÃO	50
4 A REALIDADE DAS VILAS	60
4.1 Histórico da Vila Albornoz	61
4.2 Realidade: Pesquisa de campo nas Vilas Vizinhas em Países Distintos	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	92

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta, ao longo de suas páginas, as questões de identidade e a relevância do sentimento de pertença à população de um Estado, em seu entendimento clássico, no qual um Estado é formado por um Governo oficial, território, população e tudo isso entrelaçado por uma cultura comum, na qual se coroa a identidade de povo. Porém, ao ser colocado a prova este conceito em uma situação específica na qual existe uma fronteira seca que divide os dois países em ocasião, na qual sua única barreira real são marcos que representam uma linha imaginária de divisão territorial, vê-se que as sociedades são mais complexas que delimitações teóricas e imaginárias, mesmo que consagradas. Trata-se de um tipo de fronteira específico, não apenas uma fronteira seca, mas também permeável ao trânsito de pessoas e de serviços, sejam eles formais ou informais, por ambos os lados. Dessa maneira a interação social, cultural e econômica se torna considerável nas cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY).

O método utilizado foi um variado estudo bibliográfico, ainda contou com visitas in loco, para se fazer um estudo de observação participante, incluindo entrevista semi estruturada na forma de um roteiro de forma qualitativa e quantitativa. Foram entrevistados um total de 65 pessoas, sendo essas 50 uruguaios, de um total populacional de 260 uruguaios, e 15 brasileiros, tendo um total de 150, onde os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória.

Este local onde habitam em vizinhança duas nações que fazem fronteira seca entre uma e outra, com uma permeabilidade amigável, de leis oficiais diferenciadas, onde se faz o limite do mapa político territorial de cada país, estão literalmente na fronteira, no limite territorial de suas nações. Segundo Bento (2012), “a palavra fronteira não é neutra. Ela suscita sentimentos e valores diferentes”.

As primeiras sensações que essa palavra causa no senso comum são de afastamento, conflito, disputa, alerta ou limite. Porém, como já citado por Bento (2012), pode ser carregada de diversos sentimentos diferentes, como diversos autores a tratam em *Fronteiras em Movimento*, de 2012, livro que traz diversas visões acadêmicas sobre o aspecto da fronteira, por exemplo, fronteira de afastamento, disputa territorial, questões da luta entre contrabandistas e alfândega, imigrantes, exilados, fronteiras culturais econômicas, conflituosas e cooperativas, amistosas, etc.

Entende-se a fronteira, em suma, por uma delimitação humana não natural, a fim de separar por lei dois países que se formam e há aceite internacional da real territorialidade que cada Estado tem e se faz impor suas leis, onde este mesmo ente estatal pode se proteger de outros, e usar da força coercitiva para proteger seus domínios e manter sua ordem interna.

O que se pode perceber na localidade que aqui se faz referência é a grande questão que apesar do convívio diário e quase sincrético de um mesmo espaço e cultura semelhante, ainda existe a barreira e o elo que fazem parte da mesma coisa, a *fronteira*. Faz-se então esse destaque pela questão específica. Em geral a convivência em toda a porção de fronteira é realmente boa, livre de conflitos étnicos, pois, basicamente as matrizes étnicas que foram miscigenadas dos dois lados da fronteira são realmente semelhantes, não há conflito político por tratar-se de duas democracias representativas e de consonância político-econômica, nem conflitos territoriais ou por questões culturais. Em síntese, há uma coexistência pacífica, cooperações políticas econômicas, compartilhamento de parte da cultura e a questão da cultura fronteiriça.

Essa pesquisa foi inspirada pela vida fronteiriça aos passos do crescente interesse na região e na importância adquirida não apenas por meios teóricos e no crescimento científico ocorrente na região, onde há menos de uma década foi instalada a Universidade Federal do Pampa em Livramento (UNIPAMPA), assim como a integração do também novo Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSUL) em cooperação com a UTO (Univercidad del Trabajo) em Rivera - Uruguai. Observa-se que as duas cidades tem um histórico de serem unidas, o que se intitula “Fronteira da Paz”, não só pela coexistência pacífica, mas também pela configuração sociológica que compreende essa relação. Esta interação acontece a mais de cem anos por meio de casamentos entre brasileiros e uruguaios, pela mescla das línguas com mistura de vocabulários dos dois idiomas, a cooperação entre instituições, a fluência da força de trabalho entre os dois países que compartilham inclusive a identidade/cartão fronteiriço que permite a aposentadoria em qualquer um dos lados (de cá ou de *allá*), ou seja, pode-se trabalhar em ambos os lados e se aposentar sem perder esses anos de trabalho no país vizinho.

Essa questão se faz curiosa e de grande relevância ao passo que, segundo o professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) Fábio Régio Bento costuma dizer: “*sociologia se faz com os pés*”. Com essa frase entende-se que fatos sociais,

organização social e o entendimento de diversas questões dadas como comuns, diferenciam-se bastante às diferentes situações e realidades das sociedades mesmo que contidas em uma mesma *Nação*. É curiosa a questão fronteiriça entre Santana do Livramento e Rivera, esta última no condizente à cidade e determinados pontos, sob olhar da Intendência. Essa configuração tem um entrelaçamento histórico, social, econômico e cultural, onde dividem toda uma cultura fronteiriça de comércio e convivência.

O tema proposto é o estudo da questão de identidade como elemento de poder. Mais propriamente, a influência da mídia televisiva na construção desta identidade nacional, ou seja, a efetividade do *soft power* em zonas de fronteira.

Sendo assim este trabalho se detém nas questões políticas e no entendimento social sobre a fronteira. Político em questões da territorialidade, no tocante aos dois países vizinhos por terem suas peculiaridades, questão de infraestrutura por vezes compartilhada, sobre o Território contestado “*pero no mucho*” e a presença do Estado, ou ausência do mesmo, em um território longínquo. Nas questões sociais, voltaremos a entender o processo de identidade e nacionalidade e as formas de entrelaçamentos culturais.

Onde se quer chegar no presente trabalho? Não se trata na verdade da força que um Estado pode empregar para adquirir território de outro, extravasando e dominando a fronteira, mas sim da condição social em que os habitantes dessa fronteira, de ambos os lados, se encontram, aliado à real influência exercida por meios midiáticos. Se trata aqui de cidades gêmeas de fronteira, e além de gêmeas, conurbadas.

O que pode parecer estranho a olhos mais realistas que enxergam motivações de poder político e enfrentamento constante em um espaço internacional anárquico, em contraposição há neste mesmo espaço a incidência sociológica e cultural em que há um encontro e sentimento de comunidade, apesar de uma história de enfrentamento e Estados opostos.

Em se tratando aqui de uma região de fronteira, cabe lembrar que “a palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado (LIMA e LEITE, 2012, p. 31-32).

Auxiliando-se das teorias de fronteira como ocupação do espaço físico por um Estado, delimito geograficamente como forma de se fazer valer seu espaço político, e havendo nele a maior presença cultural específica, como também a interação entre diferentes Estados pela permeabilidade social da fronteira. Como assinala Mattos (1990), “a fronteira é sempre uma área sensível. Ali se contatam interesses soberanos diferentes, dirigidos por polos de poder diversos”, demonstrando que a partir da fronteira se tem a diferença entre os interesses de duas ou mais soberanias e suas questões políticas, econômicas, sociais, culturais específicas. Esbarra-se então que apesar do notório compartilhamento cultural fronteiriço, e os laços familiares de ambos os lados, é notado o contraste entre interesses dos Estados e a pressão estatal exercida na fronteira.

Assim como tantos outros Estados ao redor do mundo, o Brasil procurava expandir seu espaço a uma lógica ainda imperialista real, ou seja aos objetivos de atender exclusivamente o interesse nacional. Segundo Mattos (Idem) o Brasil consolida suas fronteiras no período imperial e da primeira república em uma lógica realista e de espaço vital, aos moldes Ratzelianos, a perda de território nunca foi algo aceitável para o Brasil, assim como a lógica do de Ratzel para o Espaço vital da Nação.

Hoje, no entanto, a funcionalidade dessa convergência conceitual deve ser revista frente aos novos agenciamentos do poder político e econômico, e do espaço físico mundial. As manifestações mais evidentes dessas mudanças têm sido os diversos modelos de regionalismo (Comunidade Europeia, uniões aduaneiras como Nafta, Mercosul, etc.); a proliferação de organizações internacionais e transnacionais, as formas de organização em rede, possibilitadas pela revolução tecnológica dos meios de comunicação e informacionais, rápidas em redefinir espaços de transação que não coincidem com o espaço territorial dos Estados nacionais (LIMA e LEITE, op. cit., p. 32-33).

Mesmo hoje sendo outros tempos e cabendo em outra lógica, de uma fronteira mais permeável, há propostas de uma integração mais palpável, seja pelo modo de vida dos fronteiriços ou, até mesmo, a nova lógica econômica que a própria fronteira desenvolveu. Ou seja, a fronteira brasileira nasce em uma disputa territorial de avanços e ganhos, como é sabido, o território original das colônias portuguesas, que viria a ser o Brasil, é de apenas um terço do território hoje consolidado. Território é vital, é poder em forma física territorial e deve servir apenas ao interesse da soberania de seu Estado.

Segundo Mattos (1990) o conceito de Estado-Nação vem da Revolução Francesa, a partir da noção de delimitação real de território e a soberania do mesmo a partir do Estado e não de um monarca ou de uma figura de poder, mas a constituição de um Estado- Nação e o exercício do seu poder e interesses nessa porção de terra agora sendo levada ao posto de território nacional.

É na fronteira portanto que se encontra a força política, e cultural de um Estado. Como veremos ainda neste trabalho, a própria formação da fronteira Brasil Uruguai, Santana do Livramento e Rivera, são respectivamente acampamentos militares brasileiros, e uma política oficial uruguaia para ocupação da linha de fronteira. Sendo assim é perceptível que ambos os Estados, apesar da boa interação atual, formaram sua fronteira com a força política, seja pela militar (brasileira) quando pela ocupação e formação da cidade (uruguaia)

Mesmo com a integração aparente que em se dando entre Brasil e seu vizinho Uruguai, assim como com Argentina, Paraguai e membros do Mercosul, o Brasil não aceitaria de bom grado perder terras que adquirira, seja por qual motivo for. Por mais progressiva que seja a política de integração e a questão de uma população binacional, políticas binacionais, famílias que pertencem aos dois lados sendo uma questão social na fronteira, aos olhos do Estado brasileiro dividir ou perder a porção de terra, mínima que for não é bem vista.

Este exemplo se segue tanto no contestado de Masoller, pela primeira vez ainda no governo de Getúlio Vargas nos anos de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial e, novamente contestado durante o governo do último presidente Militar João Figueiredo que, em resposta à contestação do território, monta a Vila Thomaz Albornoz, fazendo com que seja visível a presença e ocupação brasileira no local, que até hoje recebe certo auxílio dos militares.

Lembrando ainda que ao longo da década de 1980 houve também, em específico em 1982 a Guerra das Malvinas, conflito armado entre Argentina e Inglaterra pela posse da soberania deste arquipélago, na qual o Brasil acabou por apoiar a Argentina (PEREIRA, 2010), novamente mostrando a característica de governos militares da América do Sul, sobre a importância de territórios.

A partir do entendimento clássico acerca do conceito de Estado-nação, formulado por Weber (1982), o qual expõe como um Estado tem de se comportar perante seu território e seu povo, é possível afirmar que compete ao Estado o exercício da soberania, deste modo, seus habitantes tendem a sentir-se parte do

Estado em questão, construindo assim o sentimento de Nação, que constitui sua Soberania. Por sua vez, soberania, de acordo com Bobbio, trata-se “do poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas” (BOBBIO, 2010, p. 1179). A partir disto, vemos que, uma das principais funções do Estado é exercer sua soberania para com o povo, relacionando esta questão ao nosso tema na região estudada: Vila Albornoz e Masoller (Brasil e Uruguai, respectivamente). Observa-se que essa lógica não chega a ser subvertida por completo e, tampouco, pode ser adotada sem ressalvas.

Esse trabalho foi elaborado pelo interesse em analisar uma questão dessa magnitude de modo prático, ao poder ter acesso a essa região e à capacidade de observar se as teorias do poder brando e noções de Estado e identidade, realmente se aplicam na prática. Desta forma, verificar a influência do poder brando, econômico e toda a teoria de identidade, seja ela individual ou nacional, além de poder ser observada pela ótica acadêmica e empírica com comprovação local.

Com a viabilidade dessa pesquisa de campo, o trabalho se torna mais interessante ao tratar de modelos teóricos de influência política através de instrumentos de entretenimento, informação e cultura, como é caracterizado o “Poder Brando”, ou *Soft Power*. Torna-se mais intrigante ainda porque trata-se da influência direta de um país para o outro.

O objetivo central do presente trabalho é estudar questões de identidade na fronteira Brasil - Uruguai, desde sua formação política e cultural inicial à constituição do Estado nacional e a interação social e midiática brasileira como agente de poder brando. Observar, assim, a interferência do entendimento de pertencimento ao Estado nacional, no caso da identidade subvertida a partir da mídia brasileira (televisão). Desse modo ver quão presente se faz a mídia e a reafirmação da identidade por esse meio de comunicação em uma área específica na fronteira onde se encontram vilas semi-isoladas das duas nações.

A pesquisa foi feita a partir de estudo de modelos teóricos da formação da identidade nacional em um território e sua fronteira. A partir disso a questão da permeabilidade da fronteira no aspecto social, e sua assimilação de valores, com a presença de recursos midiáticos em uma forma de inserção de poder brando (*soft Power*) e a globalização cultural.

Dessa maneira, foi feita uma pesquisa *in loco* na Vila Albornoz, localizada no município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e de

Masoller, localizada no Departamento de Rivera (Uruguai). Por se tratarem de localidades longínquas, cerca de 70 quilômetros do centro da cidade, onde se observa a forte presença do Estado uruguaio e a menor presença do Estado brasileiro de forma oficial, porém de forma indireta, a mídia se faz presente como recurso de cultura e comunicação. A pesquisa foi feita através da observação presente e entrevistas com moradores. A pesquisa *in loco*, foi feita como observador participante, a partir de não só observação mas também uma entrevista embasada em um roteiro semi estruturado onde a comunicação foi feita totalmente em português, comprovando que os participantes compreendiam bem a língua.

Na primeira parte deste trabalho é revista a teoria que abarca todo o seu desenvolvimento para que se observe se as mesmas contemplam de modo aplicado e real, às localidades citadas no contexto do referido trabalho, fazendo-se assim um estudo teórico.

Na segunda parte se faz uma incursão à região, apresentando o desenvolvimento da mesma e a formação da fronteira Brasil - Uruguai, em específico Livramento e Rivera e dentro destas a Vila Albornoz e Masoller. Com essa aproximação do tema e sua problemática, se observa tal formação cultural, no que se convergem e divergem e sua reação, ou transformação no presente período de globalização e a inserção do poder brando, ou *soft power*.

Na terceira parte fruto da pesquisa *in loco* se mostra a constatação de todo o processo teórico, discorrendo sobre a hipótese da aplicação do poder brando brasileiro na região citada.

Passa-se assim, a discorrer sobre os referenciais teóricos, conforme anunciado.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

A realização deste trabalho não seria possível sem antes uma boa reflexão sobre a teoria que norteia a pesquisa, afinal, até pela natureza do trabalho acadêmico, vê-se necessário o diálogo com os referenciais teóricos, principalmente os que discutem as categorias aqui trabalhadas. Deixa-se de abordar mais verticalizadamente a categoria *fronteira*, pelo fato de, sobre tal, já se ter discutido na parte introdutória.

2.1 Identidade

A identidade é um ponto crucial no estudo das fronteiras. Esta, segundo Hall (2015), é termo e assunto muito amplo, e pode ter diversas explicações ou estágios de entendimento. É questão fundamental para se entender não só o indivíduo, mas todo o entorno que o compreende. Como se houvesse uma carga cultural material e imaterial que influencia o indivíduo a ponto do mesmo assimilar a cultura local e ser parte dessa sociedade na qual vive (HALL, 2015).

A identidade em si, apesar de seu entendimento clássico iluminista, que é considerada como única e exclusiva – na qual o indivíduo nasce único e ele mesmo constitui sua própria identidade de modo a agregar e formatar a mesma como em um plano cartesiano – com a vinda da modernidade, como expõe Hall, além de Karl Marx, Koberna Mercer, Anthony Giddens entre outros, passa por um ritmo ainda maior de mutações.

Entende-se que a identidade de uma sociedade seja um processo formado por uma estrutura de acontecimentos históricos capazes de amarrar toda uma população. Os elementos que proporcionam essa identidade comum podem ser: a crença de um lugar comum, com seus mitos fundadores, uma língua, muitas vezes uma religião, personagens ou figuras de pessoas ou acontecimentos históricos que, reunindo em si um conjunto de ideias e valores que une toda uma população, levando-a a crer num conjunto de símbolos, em algo comum que costura um sentimento de unidade entre eles. Tal sentimento de solidariedade leva-os a se identificarem como um mesmo *povo*.

As sociedades sofrem as mudanças causadas pelas revoluções das sociedades modernas e da modernidade tardia. Essa mutação surge por rupturas com a maneira tradicional de organizar o espaço, as influências do modo de vida,

organização política, em outras palavras, suas bases. Como exemplos temos o surgimento de centros urbanos, o modo de produção e o modo de como se entende o território e a mutabilidade da cultura que sofre influência direta dos novos modos de se entender a coletividade, os valores, a cultura e a organização desse todo da sociedade, para os grupos que a compreendem e o indivíduo.

Segundo Stuart Hall (2015), existem três estágios ou entendimentos de identidade que advém de concepções e perspectivas diferentes ao longo da história e da ciência propriamente dita. Dessa maneira, são entendidas pelo autor como etapas de identidade as seguintes: I) Identidade do Sujeito Iluminista; II) Identidade do Sujeito Sociológico; e, III) Identidade do Sujeito Pós-Moderno.

Na etapa Iluminista, o sujeito tem o seu próprio “eu” como responsável por sua identidade, isto é, o indivíduo constitui sua identidade ao longo de suas vivências e consumo cultural, selecionando o que comporá ou não sua pessoa. Dessa maneira ele constrói a si mesmo como algo inédito e entendido por si como único e exclusivo, absorvendo e se desenvolvendo de modo ímpar, ou seja, sua identidade é exclusiva. Ainda, de acordo com Hall,

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo—contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa (HALL, 2015, p.10).

Com a sociedade entrando no período moderno, como descrito pela história, é quando surge todo um novo entendimento do mundo material, de crescimento frenético com a reorganização dos modos de se viver em sociedade. Muito disso deve-se às revoluções que são tidas como arco fundamental desse novo mundo, ou melhor, o que vem a ser conhecido como o mundo moderno com as revoluções Francesa e Industrial, que refizeram todo o entendimento de organização social, causando mudanças nas classes dominantes e seu modo de produção.

As sociedades modernas, além de bem maiores em espaço, populações com centros urbanos crescentes e novas dinâmicas da organização dos espaços e produção, também desenvolvem e buscam um mercado, o surgimento cultural como movimentos culturais românticos, literário, artístico, musical e outras formas de representação cultural, as interações sociais e o surgimento de novas maneiras de se

pensar e interpretar o mundo e advento de novas teorias econômicas e tecnologias. Sendo essa características do surgimento do Estado-Nação, pós Revolução Francesa, que procurava então a definição e identidade nacional, aliada a todo um novo modo de funcionamento político, um Estado Soberano como uma estrutura Estatal baseada no sistema e instituição nacional, e não em monarcas. E a nova lógica econômica que passa da nobreza para a burguesia, que se ata a uma identificação cultural para se fazer legítima.

A nova estruturação social, a inversão das classes dominantes, passando da nobreza a uma burguesia nacional e a maior força de representações identitárias, influi também na noção de identidade, ou como descrito por Hobsbawm (2008), na urgência de um sentimento nacional mais intenso. A partir da idade moderna e da concepção social de identidade, é também atribuída à cultura que forma de maneira mais robusta os grupos sociais, a cultura local, a identidade nacional e por fim o entendimento de identidade de fato. Como por exemplo, a passagem da ideia de uma identidade “própria, indivisível e única”, para ser na verdade, o reflexo de um maior entorno social, o indivíduo teria sua identidade formada pelo meio.

Ter a identidade constituída pelo meio em que se é inserido, segundo Hall (2015) significa compreender e executar atividade que o incluem como um “nós”, havendo como diferenciar o “nós” do “eles”. Essa formação tem grande influência a partir de tradições, memórias e mitos que sustentam o entendimento de um passado comum e algo que une pessoas e as faz solidárias umas com as outras. Desta maneira, cria-se uma afetividade comum no sentido de ter um local de pertencimento de fato, o “nosso”, a história comum, o território, a nação, os mitos e ídolos, grandes figuras a quem uma população possa se identificar com esses mártires e símbolos que sustentam toda uma ideia coletiva de pertencimento a um lugar comum e a uma origem e, dessa forma, uma cultura repleta de costumes, tradições, etc.

Para que haja a identidade coletiva existe um entorno mais antigo, anterior inclusive do que pode ser lembrado, prévio também a seus pais e avós, que une toda essa população à não só um lugar comum mas um todo mais forte que não necessariamente seja material, mas que cria um sentimento de unidade a ponto de enxergar esses outros como semelhantes em uma origem cultural.

Tal fato torna-se importante para que se crie a noção de Nação que os Estados Nacionais procuravam, para assim manter a unidade entre seus ‘semelhantes’ e diferenciar o *nós* do *eles*. Para essa fase, é de extrema importância esse laço, essa

identificação comum, a cultura do povo. Passa-se a ter uma identidade compartilhada, derivada da sociedade que o rodeia, que é mais antiga que o próprio ser, que dá sentido de se viver assim e que diferencia os grupos, Estados, e os transforma em Nações. Essas nações são o conjunto de todos esses símbolos de solidariedade conjunta unindo o sentimento subjetivo imaterial com coisas palpáveis, ou seja, o próprio território.

É notório que para um Estado permanecer influente internamente é necessário reafirmar sua nacionalidade e seus costumes a todo momento e a cultura é o que traça esses laços identitários entre seus membros e cria, assim, uma rede, uma instituição sólida entre seus membros. Essa rede tende a criar a solidariedade e uma noção que se faz parte de algo maior, e esse algo maior se traduz em um sentimento nacional coletivo, ou seja, é necessário para que esse Estado-Nação funcione na lógica em que é compreendido, que se faça forte.

Os meios comunicacionais e instituições de ensino têm a função de manter e reafirmar constantemente a importância de ser parte desse algo maior, e mais, crer nisso, reafirmando algo que, de tão presente passa a ser natural, mesmo se tratando de uma influência indutiva, ou em termos foucaultianos de estruturas de poder. Essa preocupação se dá pela maior capacidade de se produzir conteúdo e veicular os mesmos com os avanços técnicos e tecnológicos, além de influências externas que também produzem conteúdo cultural e que pode ser assimilado por outros povos. O poder de assimilação das pessoas pode causar mudanças, desde sutis e localizadas, até em pequenas revoluções culturais ou, apontando um perigo estatal, revoluções sociais e políticas.

Esses novos entendimentos trazem consigo os fundamentos econômicos, administrativos, políticos e do entendimento social sobre o indivíduo e as liberdades individuais do ser. Hall não deixa, também, de contribuir com esta asserção, o que faz-se necessário, uma vez mais, recordar suas palavras, em citação pouco extensa, porém, entendida como necessária no contexto deste trabalho.

É lugar-comum dizer que a época moderna fez surgir uma forma nova e decisiva de *individualismo*, no centro da qual erigiu-se uma nova concepção do sujeito individual e sua identidade. Isso não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduo, mas que a individualidade era tanto “vívda” quanto “conceitualizada” de forma diferente. As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. O

status, a classificação e a posição de uma pessoa na “grande cadeia do ser” – a ordem secular e divina das coisas- predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um “indivíduo soberano”. O nascimento do indivíduo soberano”, entre humanismo renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da “modernidade” em movimento (HALL,2014, p.17-18).

Esse tipo de pensamento ganha força no contexto da modernidade, ao passo que não só politicamente ocorrem mudanças, mas existe o desenvolvimento desde o renascentismo, Iluminismo e ascensão da burguesia, de poder cultural e não apenas econômico, criando uma ambiência literária e artística logo quando se atinge o poder econômico e se tem as mudanças reais até o alcance do desejado poder político e a mudança definitiva no cenário e na organização e administração territorial.

Logo, entende-se que as sociedades modernas e pós-modernas (ou contemporâneas) vivem em constante mudança e em um ritmo mais acelerado que as antigas sociedades estavam habituadas. Assim, torna-se ainda mais forte o conceito de Giddens (1990) sobre os símbolos do passado, no qual as sociedades modernas e pós-modernas passam a venerar como algo glorioso, que desperta um sentimento de saudade de um tempo bom, próspero e ‘único’. Ou seja, único no sentido de ser a amarra que traz a concepção de unidade de origem e que este símbolo perpetua o imaginário popular por gerações criando tradições.

As tradições têm o poder de criar uma espécie de costura em suas práticas que remetem a este passado comum, mesmo que a mesma não seja tão longínqua quanto a imaginação dos praticantes, mas, cumpre a função de trazer consigo as memórias, criadas ou verdadeiras, de todo o significado que essa prática tem ao seu “povo”, formando assim uma estrutura mais sólida. Normalmente exaltando vitórias gloriosas, conquistas de territórios ou a *defesa de seu lar*, que sintetiza períodos difíceis e vencidos graças a uma união, os transformando em algo único, de cultura exclusiva dos demais e compartilhada entre si. Essa solidariedade e a crença de um lugar comum ou de um fato aglutinador de corações e mentes faz dessas histórias uma estrutura rígida dessa identidade comum.

Este tipo de cultura da modernidade tardia ainda atinge com maior impacto os países mais jovens, que ainda não estavam compreendidos pela lógica de Estado Nação e a estrutura nacional de tão longas datas. Isso implica que toda essa robustez formada por um processo histórico muito mais longo e severo das sociedades tradicionais que depois entraram na modernidade é sofrida de maneira muito diferente

em sociedades da modernidade tardia onde há muito mais influências e interações que as mais antigas. Essas ondas de influências externas que provocam, também, como dito por Hall (2015), “fragmentação ou pluralização de identidades”, além de criarem uma espécie de mosaico de identidades para fins políticos.

Com relação, ainda ao sujeito pós-moderno, entende-se que, em questões de identidade, é um sujeito multifacetado e que compartilha diversas identidades, sendo elas dependentes de seu ambiente, etnia, classe social e lugares que frequenta, o que contribui para a formação cultural, e mais, tudo isso não é estático. Neste contexto, o conceito de identidade é mutável o que faz com que seja bem difícil imaginar um mapeamento da história dessa noção de sujeito pós moderno, ao passo que se considera que a história e a cultura não eram uniformes ao longo de todo tempo e espaço, mesmo se tratando de um mesmo espaço geográfico, as questões nunca foram, na plenitude, unificadas e coerentes.

O que aparece muito descolado da maneira na qual se quer chegar nesse trabalho, em questões abrangentes à identidade nacional, se tem no fato que se observa, a partir do século XX, a questão individual e, como esta, ainda assim está compreendida em algo maior, pois mesmo dentro dos âmbitos familiares, essas pessoas estão carregadas de hábitos e costumes anteriores a elas que estão atrelados a um posicionamento político, pessoal e local.

Como Hall (2015) cita, do trabalho de Lacan, outro cientista psíquico, a formação do ser está diretamente associada às questões simbólicas, como assimilação da língua, costumes, cultura e diferenciação sexual, em uma repetição simbólica vinda dos impulsos e desejos desde a primeira infância, como adoração e ódio pelos pais e a formação e conceitos do sujeito. Assim se entende que mesmo que uma pessoa unificada, formada e “resolvida” apesar de seu profundo individualismo se forma em processos de espelho.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento o nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasioso sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do “eu” masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, adversamente. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de um *falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos

por *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos “*eus*” divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2015, p.25).

Segundo Hall (2015), que cita em seu trabalho o desenvolvimento do sujeito através da tomada de conhecimento individual para que se forme a identidade, mesmo no seu individualismo, há uma questão coletiva, ou seja mesmo no ápice do seu individualismo há algo que une os indivíduos, principalmente em relação ao Estado. Hall cita em sua obra Foucault, que desenvolve uma nova linha de raciocínio a partir da observação da organização humana, logo, do controle e vigilância. Foucault (*apud* HALL, 2015) afirma que para os humanos, no estágio que compreende a questão dos Estados Nacionais, nos quais se precisa para se dar segurança à população, e administrar o território, é necessário a vigilância constante sobre os indivíduos. “Essa vigilância vem em forma de disciplinar os indivíduos e passar adiante a forma de como deve-se comportar os membros de tal grupo em todos os espaço” (FOUCAULT *apud* HALL, 2015, p.26). Sua observação é que para se fazer valer o poder, mesmo em questão de poder de Estado, é necessário se vigiar nas formas de escolas, hospitais, prisões, clínicas, policiamento, enfim, fazer dessa sociedade um “corpo dócil” para o Estado.

Dessa maneira fica cada vez mais evidente que a nacionalidade *não vem impressa nos genes* dos indivíduos, mas imposta a eles. O que hoje parece ser natural, a nacionalidade das pessoas como algo dado, isto é, parece que de tão imersas na ideia de ser nacional, e que todos os territórios pertencem à alguma nação, e as pessoas contidas nessa nação tem por uma forma quase natural fazer parte dessa nação, ser nacional, como se ao nascer as pessoas carregam em seus genes o nacionalismo.

Com esse sentimento quase pétreo das instituições nacionais, mostra-se que mesmo dentro de sua identidade e individualidade existem esses laços comuns entre todos os habitantes nacionais. Com essa estrutura de formação cultural homogênea, se cria um aparelho para aliar essas visões desde Foucault com as estruturas de controle, até a ideia de identidade de Hall, e a formação de nacionalismo de Hobsbawm, na qual traz toda essa síntese de sentimento e lealdade ao seu lugar de origem.

A assimilação cultural muitas vezes é mais forte que o fator genético. Entende-se que há nações que têm como parte de seu nacionalismo, muitas vezes exacerbado, o fator étnico, porém a estrutura estatal e cultural, de escolas, universidades, programas culturais, religião, cargas culturais artísticas, assimilação de ideais, enfim, toda uma grande amarração sistêmica que induz os indivíduos à crença nacional.

O ponto de virada que se é questionado nesse sentido é com a promoção em larga escala, na verdade global, do poder da globalização na contemporaneidade. A grande questão quando se fala em identidade nacional, é o poder de trazer memórias do passado que são amarradas com os acontecimentos futuros, uma segurança de se saber o que é criado dessas fortes imagens, uma construção da ideia de nação se fazendo assim um “comunidade imaginadas”, segundo Anderson (2006). Mesmo sendo muito construída em termos imaginários, tem uma força sólida que se faz valer, pois como é observado e já dito, está tão enraizada no imaginário coletivo que se tem essa noção de que a nacionalidade seja “algo natural” (ANDERSON, 2006).

Essa ideia da comunidade imaginária e coletiva tem essa força pois, não só nos sistemas oficiais de ensino são passadas, mas são revisitadas e enaltecidas nas literaturas nacionais, veiculadas nas mídias, nas histórias, nos grandes feitos desde os contos heroicos com embasamento histórico, ficções que bebem da mesma fonte, eventos esportivos, tudo para trazer a noção de exclusividade, unidade e sentimentos afetivos pela nação.

Dessa maneira, o jogo de identidade é usado como algo quase anacrônico entre passado, e interconectando com o futuro, ainda aliado à “comunidade imaginária”. Seja em uma invocação no hino nacional brasileiro onde se afirma que “nossos bosques têm mais vida, nossas vidas mais amores... verás que o filho teu não foge à luta”, e se ensina sobre a grandeza do território nacional, originalmente um terço do que se é hoje, as conquistas territoriais, assim como a bravura e serenidade dos símbolos nacionais como Tiradentes, que deu sua própria vida pelo ideal de um Brasil independente, as questões uruguaias com ideais republicanos e independentes de Artigas, a República do presidente Rivera e a bravura de enfrentar guerras entre gigantes como Argentina e Brasil.

Percebe-se que existe uma maneira de se fazer crer no ideal de nação, apoiado na história do país, havendo uma fundamentação, mas muito sendo fruto de discursos e muitas vezes até extravasamento do mesmo. O que por meios científicos, acadêmicos pode se explorar o que é na realidade, ou o que vem a ser fato histórico

ou uma crença subvertida, há uma lacuna entre a realidade e o mito. Para que haja esse sentimento nacional é necessário atingir a todos os componentes da nação, havendo o fato histórico, porém, o enaltecendo como mito, que inflama corações populares e cria-se crenças nacionais. Mesmo com todo esforço de homogeneidade cultural e o impacto que se tem da aceitação e assimilação dessa carga de cultura nacional, há possibilidades de ser mais ou menos concentrada ao longo do território por inúmeros motivos.

Assim, a identidade cultural de um povo e seu entendimento de pertencimento à uma nação não são naturais e muitas vezes compostos de fatores históricos reais, recriações e invenções do mesmo, de tempos longínquos e de tempos que podem ser considerados recentes mas ressignificados de maneira tal que pareçam tão antigos quanto os mitos de fundação desse povo.

O Estado é capaz de doutrinar seu povo para que se crie o sentimento nacional e, com ele, o sentimento de identidade nacional. Por sua vez, a vigilância constante no policiamento, escolaridade, instituições públicas e privadas, dão criação e sustentação a este sentimento nacional. O ponto máximo disso é questão de se chegar ao ápice do conjunto cultural que se acredita na naturalidade do nacionalismo a partir de toda essa vigilância estatal aliada à veiculação midiática incessante dos fatores culturais do povo, fazendo com que o cidadão creia nessa estrutura, e na naturalidade de ser nacional dessa terra. Entende-se, portanto, a cultura como vetor decisivo na formação nacional. É sobre seu aspecto global que se tratará nas páginas que se seguem.

2.2 Cultura Globalizada

Nos dias atuais, se pode levar em consideração o aumento na intensidade de criação e veiculação de conteúdo a partir de diversos meios midiáticos sobre a produção de cultura. Seja essa interação com objetivos nobres, como desenvolvimentos técnicos, científicos ou culturais, seja de fins mercadológicos e espraiamento cultural como aproximação, assimilação etc., o fato é que o mundo acaba por entrar em processo de globalização.

Segundo Milton Santos, em seu último documentário de 2001, pouco antes de sua morte, afirma que existe dentro da Globalização uma forma perversa do

capitalismo que fora fundamentado no consenso de Washington. Esse consenso é basicamente a forma neoliberal de se organizar a administração de um Estado a partir de uma lógica empresarial o que, para a América Latina e outros países ao redor do mundo, não se deu de forma bem sucedida.

No mesmo documentário é informada a força da globalização a partir de uma lógica de pulverização de uma produção na economia global como a produção de diversas peças de um mesmo avião como o Boeing 777, que precisa de mais de 30.000 peças, fabricadas em 37 países diferentes para ser montado nos EUA. Existe sim um dinamismo econômico maior em uma lógica empresarial e das finanças em um plano global, porém uma tentativa de uniformização cultural a partir a lógica econômica.

O contraponto segundo Santos é da própria mídia, que apesar de ter uma grande mídia com poder internacional sobre a informação, capaz de trazer a notícia com suas diversas interpretações já enviesadas, existe o contraponto popular. Nesse quesito o autor discute a possibilidade que a partir de uma rede global e pouco equipamento, a possibilidade de se fazer a cultura popular ganhar maior veiculação a partir de sua produção local e a veiculação facilitada pelos meios agora acessíveis como rádio comunitária, internet etc.

A globalização, segundo Hall (2015), subverte a noção clássica de Estado-Nação que se vem criando ao longo dos séculos com o compartilhamento cultural associado ao mercado, obviamente, atrelados a aspectos de poder (HALL, 2015). A globalização, acima de qualquer perspectiva, é o resultado do extravasamento do capital, ou seja, o capital e o capitalismo não respeitam as estruturas do Estado-nação, o capitalista anseia por lucros e oportunidade de acúmulo de riquezas, produtividade ascendente, mesmo que descentralizada, extravasa as questões nacionais.

Essa mudança de noção produtiva acaba por influir na vida ordinária das pessoas alterando mais uma vez como compreender o mundo, e o espaço ao redor, causando uma nova quebra do entendimento social e produtivo. Ou, nas palavras de Giddens:

A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma “como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (GIDDENS, apud HALL, 2015, p. 39).

Com essa mudança em questões sociológicas, obviamente influi na sociedade, nos indivíduos e em como os grupos e os indivíduos se enxergam, dessa maneira, na identidade. As mudanças identitárias na globalização, no pós-modernismo, podem ser relacionadas com o fato de fazerem parte deste período globalista de mudanças dos processos que diminuem a influência total do Estado-nação nos desenvolvimentos econômicos e sociais. Segundo Hall, se pode entender o período de globalização em 3 pontos:

- 1-As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural do “pós-moderno global”.
- 2-As identidades nacionais e outras identidades ‘locais’ ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.
- 3- As identidades estão em declínio, mas novas identidades-híbridas- estão tomando lugar (HALL, 2015, p. 40).

Com o aumento da velocidade no mundo contemporâneo, a interdependência econômica entre países se faz presente na produção descentralizada, no que Rifkin (2000) chama de desmaterialização da economia (weightless economy), ou seja, se fazem as peças de um produto em diferentes partes do globo. O nível de produção acelerado de todos os produtos e produções influi na questão do entendimento do tempo-espaço. Com essa ideia de vida frenética, altos consumos, linhas de crédito e investimento, é notória a alta complexidade econômica que se vive no mundo contemporâneo, ou pós-moderno, onde se tem a comunicação, ou melhor, as telecomunicações muito mais rápidas. Além disso, tem-se acesso direto a diversas mídias em tempos cada vez mais rápidos, ou quase instantâneos. Esse frenesi da vida contemporânea acaba por influir diretamente na compreensão atual de “*tempo e espaço*”.

Essa compressão do tempo e espaço faz com que se crie uma outra consciência, sobre o global e o local, a noção de distância é subvertida e se tem a impressão de viver em uma Aldeia Global. Os eventos têm impacto imediato nas pessoas, como quedas de bolsa, o novo Álbum dos Rolling Stones, as turnês internacionais de artistas brasileiros como a turnê do grupo Molejo, os desdobramentos de conflitos no Oriente Médio, os golpes contra as democracias Latino Americanas etc., além da facilidade de acesso à informação e as influências midiáticas.

A ideia de que não só o Estado, ou coisas relativas a este produzem cultura e comunicação, acaba também por enfraquecer esses laços culturais, pois com essa

tão massiva produção de conteúdos e distribuição, no que antes as pinturas, esculturas, poemas, músicas, folclore e contos eram fortemente influenciados por heróis nacionais, agora pode-se ter outros formadores de conteúdos e com uma veiculação bastante funcional. Segundo Stuart Hall (2015) há uma maior diversificação do sujeito, ou seja, diferente dos sujeitos tradicionais anteriores que normalmente e se partia de uma visão tradicional masculina, passa a ser tanto masculino quanto feminino, com a quebra da figura exclusivamente masculina. Havendo inclusive múltiplas interpretações com os nascimentos de novos modelos contestadores e contemporâneos como além dos movimentos negros, se abre espaço para movimentos feministas, transgêneros, os movimentos contestadores e de maior cunho revolucionário latino americanos etc. (HALL, 2015).

A pós-modernidade é uma efervescência de identidades que passam a ser notadas e procuram seu lugar no espaço, seja de modo oficial, aonde há reconhecimento Estatal, seja espontâneo, popular, ou internacional. O grande impasse é o descolamento desse grande, quase absoluto controle que o Estado tinha sobre as principais formas de cultura, e obviamente capacidade de se formar grande parte da identidade em detrimento ao imaginário coletivo.

Hall cita Giddens em sua obra ao apontar que *O Lugar* é específico, concreto, conhecido, familiar, afirmando que o lugar são as práticas sociais que moldam as sociedades e formam as identidades específicas, trazendo, assim, a noção de proximidade e tradição que é a síntese cultural. Fica evidente dentre a explicação desses pensadores a separação do que vem a ser *lugar* e *espaço*. O espaço pode ser mudado, sofrer influências, às vezes até fundir seu significado original, restando pouco do que realmente é, havendo influências, enquanto o Lugar permanece como onde são encontradas as “raízes” fixas com seus significados originais (HALL, 2015). O local pode ser influenciado, passado, cruzado por um avião da pós-modernidade e o local permanece se alimentando das raízes e trazendo os frutos tradicionais para serem colhidos e consumidos. Em resumo, o Lugar tem identidade afetiva, o espaço é um caráter físico espacial.

Na pós-modernidade não se pode negar que a partir da maior interação entre países, instituições, pessoas, etc. se criou o que é chamado de interdependência, fundamentada por Joseph Nye em seu artigo *Soft Power* (1990). Essa característica é basicamente um entrelaçamento dos países em termos de troca a partir de relações econômicas, financeiras e culturais, que acabam de modo direto ou indireto

influenciando uns aos outros. Essa interdependência é basicamente a dependência mútua entre uma rede de comércio internacional onde os atores se entrelaçam em intercâmbios econômicos e de alguma forma pela maior quantidade de negócios, produtos, trocas não só comerciais ou materiais como cooperação científica e principalmente o que vem a influenciar na identidade: a troca cultural.

A interdependência ao cruzar esses laços promove com ela oportunidades de intercâmbios (culturais, econômicos, etc.) inclusive, garantindo o relacionamento entre as partes que criam laços mais fortes e equilibrados, como cita Nye:

Na década de 1980, quando o presidente Ronald Reagan cortou as taxas e elevou os gastos, os Estados Unidos tornaram-se dependentes do capital japonês importado para equilibrar seu orçamento governamental federal. Alguns declararam que isso deu ao Japão um enorme poder sobre os Estados Unidos. Mas o outro lado da moeda era que o Japão podia se prejudicar tanto quanto os Estados Unidos se parasse de emprestar aos americanos. Além disso, os investidores japoneses que já tinham grandes aplicações nos Estados Unidos veriam seus investimentos desvalorizados pelo dano causado à economia americana caso o Japão, de repente parasse de emprestar aos Estados Unidos (2012, p.84).

Com essa grande rede interdependente comunicando-se a todo instante, a influência trocada entre os participantes desta rede, que vêm a ser praticamente o mundo todo, acaba por influenciar o modo de pensar e as facilidades de se ter contato com outras interpretações, formas de arte e de se comunicar.

Isso não significa que os Estados-Nação estejam entrando em colapso, pois em nenhum momento há a afirmação de que se foram extintas as fronteiras políticas dos países, as alfândegas, as agências de imigração, controle em geral do Estado, porém, há um mundo inteiro de clientes que consomem produtos culturais e que vestem *jeans*, *tênis*, camisetas com estampas referentes a cidades ou lugares específicos de grandes centros, fones de ouvido com as últimas músicas das paradas internacionais, não sabendo se trata-se de adereços comprados em uma loja em Nova Iorque ou vindos de algum atacado do Braz – região de comércio popular na cidade de São Paulo – para qualquer parte do Brasil, Uruguai, etc.

O que se pode afirmar é que existe uma influência do *uniforme do jovem pós-moderno* (HALL, 2015). Entende-se como a mercantilização do mundo pós-moderno que sugere não só a troca de mercadorias, mas, também, de cultura. Pode-se citar como exemplo a gastronomia, não só em questão de comidas instantâneas e industrializadas, mas hoje se pode encontrar um restaurante japonês em Santana do

Livramento, RS, pizzarias em Ibaté, SP, ou restaurantes indianos em diversas cidades do mundo. A culinária, ou qualquer questão cultural pode ser compartilhada em termos físicos ou imateriais, sabores e crenças, como templos budistas, entusiastas de Blues, Jazz, Rock, Tango, Samba, Rumba, etc. A questão da cultura compartilhada nas telas dos cinemas se reflete no comportamento dos jovens e cultiva sonhos. Isso tudo cria, recria e influi na identidade. Essa fluidez cultural aliada ao mercado mundial de consumo traz a sensação de estar em um grande “supermercado cultural” (HALL 2015).

Além disso, existe a facilidade dos meios de comunicação atuais, com a popularização exponencial da televisão e os gigantes da comunicação como conglomerados televisivos e radio difusão. O grande contraponto, segundo Hall, mais contemporâneo e de análises ainda muito recentes, são as feitas pela internet como mídias alternativas e redes sociais on-line. O espaço eletrônico influi em toda essa ideia de uma cultura de um “não lugar” (HALL, 2015) comprimindo o mundo, ou os diversos mundos entendidos, misturando a cultura nacional, a cultura popular, a cultura *pop internacional*, ou jogando a cultura local pra dentro das redes sem fronteiras.

Com essa exposição cultural, disposição e entrelaçamentos por meios eletrônicos, mercadológicos ou científicos, os resultados dificilmente estarão isentos de, em algum nível, sofrer algum (se não todos) os sintomas da globalização. Com isso, tem-se a noção que a cultura é parte fundamental da identidade, seja individual ou coletiva de um Estado, influenciando em questões de nacionalidade. A globalização influencia nos espaços, desde o micro ao macro, com a penetração cultural, seja pelo consumo ou pela assimilação cultural propriamente dita. A cultura passa, então, por um processo de hibridismo, isto é, não significa que pelo contato com outras culturas, de maneira formal ou informal ou por meios físicos ou imateriais, ela perca sua cultura, ou seja substituída, mas sim se torna um híbrido de ambas, com os entrelaçamentos as culturas são de certa maneira “obrigadas” a se misturar. Tal hibridismo tende a se tornar a marca da nação pós-moderna. Sobre os referenciais teóricos da nação irá se discutir a seguir.

2.3 Nação

Nação e nacionalismo são termos largamente usados para justificar atos ou até mesmo convencer tanto outros governos nacionais quanto populações locais ou estrangeiras. Segundo os conceitos gerais do autor consagrado por esse tema, Eric Hobsbawm que será o principal autor para compreender os conceitos trabalhados neste tópico, o nacionalismo é invocado como algo particular na alma de indivíduos criando uma sensação de solidariedade coletiva. Anderson (2006) chega a recordar que, aparentemente, houve quem afirmasse o fim do nacionalismo no contexto da globalização, porém, segundo ele, isto não ocorre nem de perto.

Nação traz uma noção de um lugar, maior, ativo, que sua população pertence de forma quase natural e que molda seus nacionais àquela maneira. Estado-nação traz uma percepção de prova da importância e da robustez de um território politicamente limitante e culturalmente preenchido, separando como barreira política-cultural e econômica de outros que não fazem parte dos que habitam da linha fronteira para dentro. A definição clássica de Stalin deva ser a mais conhecida, apesar de não ser a única, no caso é a mesma que diz que “Uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural” (STALIN, 2012, p. 11). A nação é uma invocação de tamanha força que provoca a comunhão entre indivíduos para uma causa, seja ela de união interna, solidariedade mútua ou até um chamado de defesa contra outro povo “*bárbaro*”, este último sendo entendido como estrangeiro. A palavra ‘Nação’ tem um impacto poderosíssimo para esses objetos, mas afinal, o que vem a ser Nação?

O conceito de Nação é realmente amplo e largamente difundido, muitas vezes por meios de critérios diferentes em diversos discursos ou entendimentos. A grosso modo, entende-se que uma Nação pode ser, por exemplo, um povoado que compartilha o mesmo território, cultura, língua, e sistema político que os protege de outros grupos, porém, não a única. Assim, como explica no trecho:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornam “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. A definição de Stalin é provavelmente a mais conhecida entre as tentativas, embora de modo nenhum seja a única. Todas as definições objetivas falham

pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como “nações”, sempre é possível descobrir exceções. Ou os casos que correspondem à definição não são (ou não são ainda) “nações” nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvidas as “nações” não correspondem aos critérios ou à sua combinação (HOBBSAWM, 2008, p.14-15).

Desse modo, se entende que não há apenas uma única definição de nação, as definições tradicionais não se aplicam como um todo ao redor do globo, havendo inclusive diversas formações e entendimentos de nação seja por diferentes localidades geográficas, seja por serem “novas nações”. Com isso, ainda é apontado que mesmo havendo esses critérios acima citados, os mesmos são mutáveis ao longo do tempo, sendo frágeis a um veredicto final.

Hobsbawm (2008) ainda cita o Ceilão, onde existe um terço do território que vem de origem histórica, linguística e cultural diferente dos cingaleses, os de origem tâmil, porém, mesmo havendo todo esse conjunto que os definiria como uma insurgente nação dentro de um território de outro povo, que traria uma luta por independência e autonomia, os mesmos negam a identidade tâmil, preferindo a identidade muçulmana (dos mouros). Dessa maneira mesmo tendo um território geográfico, histórias e linguagem distinta, etnia e população expressiva, vê-se cair por terra a noção ‘dada’ de nação. Para tentar responder rapidamente essa questão, vê-se então que o autor sugere que

A alternativa para uma definição objetiva de nação é uma definição subjetiva, seja ela coletiva (segundo a frase de Renan: “uma nação é um plebiscito diário”), seja ela individual, à moda austro-marxista de se considerar a “nacionalidade” como passível de aderir às pessoas, onde elas vivessem ou com quem vivessem sobretudo se estas decidissem exigi-las (HOBBSAWM, 2008, p.16).

O que serve como um bom parâmetro para se identificar uma nação pode ser a vontade de compor a mesma por um grande número de habitantes que dividam essa mesma vontade. Dessa maneira, se delimita seu território e os laços que trarão o entendimento de solidariedade entre esses habitantes, que os diferenciarão dos demais e formarão sua fronteira política. Com uma fronteira delimitada politicamente, aceita interna e externamente, e com o esforço de serem reconhecidos pelos outros povos, com a capacidade tanto de uma organização interna, quanto a proteção dessa mesma nação, sendo assim uma decisão política e obrigatória promover sua

segurança, por meio inclusive de guerra. Logo, para que seja constituída uma nação, são necessários fatores subjetivos comuns, assim como a aplicação dos objetivos comuns dessa mesma população, que agora passam a ser *nacionais*.

O que este trabalho pretende abordar no que concerne à nação e ao nacionalismo é o recorte que a nação é algo pertencente à história recente, sobre um espaço territorial delimitado, contendo no mesmo uma população que traz a subjetividade nacional consigo, havendo a capacidade política de se fazer valer essa Nação. Leva-se em consideração a existência da nação, ou Estado-Nação apenas como este agrupamento de pessoas, sentimento nacional, e a administração desta como o Estado, não havendo a consideração de algo divino, natural ou mítico, levando em consideração a construção dessa identidade sem o caráter moral dessa criação por entendimento natural ou divino. Em outras palavras, as nações não formam o nacionalismo, mas sim o contrário, e o mesmo é que vem a constituir o Estado (HOBBSAWM, 2008). As ações internas, como o desenvolvimento social, tecnológico, educacional e demais serviços fazem parte da constituição da nação e cumprimento de seus objetivos como um Estado territorial unificado pelos valores que se propõe a propagar por toda sua extensão. Usando uma citação de Hobsbawm, pode-se entender melhor o conceito de Nação a ser abordado no presente trabalho:

[...] do meu ponto de vista, fenômenos duais, constituídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWM, 2008, p.20).

Muitas vezes o entendimento e o sentimento nacional são o que faz a armação sólida do que vem a se constituir como nação, ou seja, é a partir de uma vontade comum das bases sociais que se tem a identificação do que pode vir a ser chamado nação, pelo fato de a palavra *nação* ser muito solta e propiciar diversas interpretações. Por exemplo, a não uniformidade da replicação das reais ideologias do Estado, e os objetivos do mesmo e a assimilação ou vontade de cada um de seus cidadãos. Assim, não se pode considerar que a questão de identidade nacional é superior a todas as outras formas de identificação social que os habitantes têm, ou seja, não é de igual intensidade e uniformidade o fervor de sentimento nacional entre os indivíduos, mas todo um conjunto de diversos aspectos que faz com que se crie uma identidade nacional, regional e de pertencimento.

A concepção de nação é possível que não se sustente por si só, havendo outros mecanismos que tendam a costurar as diversas expressões que comungam para a nacionalidade e a nação. Para isso, essa identidade nacional tem de haver uma mobilidade temporal, ou seja, se adequar à situação ou mesmo haver uma capacidade anacrônica de transformar memórias não tão antigas com capacidade de serem transformadas em um passado glorioso e ponto alto da história comum dessa nação. Usa-se, então, a noção do tempo de ambas as maneiras, tanto como a invocação de um passado que gere a consciência coletiva e a motivação de serem dessa maneira unidos, do mesmo modo que usa-se de acontecimentos da história recente como artigo de passado comum. Ou ainda, adequar os melhores entendimentos com o passar do tempo, ou seja, uma construção contínua de nacionalidade para se manter consistente a ideia de nação.

A vontade particular de se tornar nação, ou melhor de se sentir nação, parte do todo, solidariedade entre os seus “semelhantes” em termos de fazerem parte do mesmo espaço, de história de origem comum, promotores da segurança coletiva contra o *estranho* e compartilharem costumes culturais, faz-se uma estrutura muito sólida para que de fato seja *Nação*, ou seja, apesar das ideias nacionais partirem do ápice, só se faz valer quando as bases não só concordam, mas se sentem incluídas e fazem funcionar o sentimento nacional.

Seguindo, então, essa lógica de como surge a ideia de nação e nacionalismo, Hobsbawm (2008) credita a Hroch os estudos e divisões das fases da formação do nacionalismo e da noção mais concreta de nação, que são divididas basicamente em três fases. A primeira fase é basicamente uma formação folclórica, literária e fortemente cunhada por uma corrente cultural, ou seja, a nação se forma por uma percepção de cultura. A segunda fase é bem embasada na formação dos mitos, ou seja, personalidades que trazem consigo um ideal de bem maior concentrada na figura de geralmente militares, sacerdotes e figuras populares que podem ser exaltadas em discursos inflamados e de forte identificação com a região, com o espaço comum, podendo inclusive servir como alicerce de identidade e para uma certa formação e políticas a partir desse símbolo. Chega-se, assim, à transição para a fase final, a de sustentação pelas massas.

Em geral, o conceito de nação é historicamente agregado de cada vez mais significados. Em uma pesquisa sobre a palavra *Nação*, Hobsbawm procura nos dicionários da Real Academia Espanhola e da *Enciclopédia Brasileira Mérito*, e

percebe que com o passar dos séculos, a definição de nação, terra, território, tem se alterado de “um conjunto de habitantes intitulado povo, ocupantes de determinado território que são regidos por um mesmo poder político o *Gobierno*” (HOSBAWM 2008).

Entende-se, portanto, que ao passar dos séculos se tem maior noção do compartilhamento de uma língua específica, questões culturais, o aparecimento da noção de Estado, e o sentimento nacional que os aglutinam. Ou seja, com a base bibliográfica do século XVIII, até o século XX, se percebe um acréscimo paulatino do que vem a ser a noção completa de Nação e sua complexidade, que passa de “um amontoado de pessoas sob um mesmo poder político”, para toda uma questão de entendimento e compartilhamento sociais de crenças, símbolos sentimentos, aparecimento da estrutura Estatal de administração do território e o folclore comum.

O que se pode entender é que a noção de Nação passa a ser mais difundida e assimilada quando se torna questão de identidade, cultura e de um sistema político mais refinado. Por exemplo, além do aprimoramento político existe também a adoção de palavras fortes como *pátria*, trazendo consigo além de uma identificação de lugar comum, uma forte assimilação de orgulho da terra de que se é originário. O poder dessa palavra que ganha força com o passar dos séculos faz invocar um sentimento de unicidade, de singularidade dentre uns e outros. O sentimento nacional se aquece nos corações de seus cidadãos e a lealdade dos mesmos para com *su tierra*.

De modo geral, a questão de Nação só faz mais sentido como algo robusto quando preenchida de nacionalismo, e o mesmo só é eficiente se houver adesão popular, ou seja, se a população se identificar como *Volk*, povo. Ao ser considerada toda uma população como povo, também significa que há aceitação popular sobre o modelo de atuação de um governo, e com essa aceitação vem à reboque toda a identificação necessária para ser representada em um grupo. Além disso, vem a noção de que ao ser um indivíduo deste grupo, goza de privilégios como as nações de mercadores, quando se tratavam de estrangeiros, ou a nação de estudantes nas universidades nas antigas cidades europeias (HOSBAWM, 2008).

Definições mais recentes de nação incluem a cidadania como parte desse todo, havendo então a noção participativa da massa como ponto fundamental do que pode vir a ser nação. Esse ponto é reconhecido pelo chamado *Era das Revoluções*, principalmente pelos movimentos da mudança causada pelas revoluções Francesa e dos Estados Unidos da América, que trazem a forte posição popular. As populações,

ao participarem da composição vital de um Estado, também fazem por vontade de ser e fazer valer o sentimento Nacional. As pessoas ao se manifestarem, deixam claro quanto a formação desse sentimento. Como expõe Hobsbawm,

O significado fundamental de “nação”, e também o mais frequentemente ventilado na literatura, era político. Equalizava “o povo” e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equação que soa familiar em expressões como “Estado-Nação”, “Nações Unidas”, ou a retórica dos últimos presidentes do século XX. Nos EUA, o discurso anterior preferia falar em “povo”, “união”, “confederação”, “nossa terra comum”, “público”, “bem-estar público”, ou “comunidade”, com o fim de evitar as implicações unitárias e centralizantes do termo “nação”, em relação aos direitos dos estados federados. Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser “uma e indivisa”, como na frase francesa. Assim considerada, a “nação” era corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. John Stuart Mill não definiu uma nação apenas pela posse do sentimento nacional. Também acrescentou que os membros de uma nacionalidade “desejam que seja um governo deles próprios, ou exclusivamente de uma porção deles (2008,p.31).

Com essa representação, entende-se que o povo é constituinte da nação, e a nação é feita em forma de Estado, ou seja, há de ter uma equidade entre esses três termos para que se faça sentido a acepção de nação. Assim se funda o entendimento de Nação que é usado até hoje. Logo, entra-se na discussão do que vem a ser o *Povo*.

Levando-se em conta que o povo é a parte fundamental para a constituição de uma Nação, quais as características necessárias aos habitantes para serem considerados povo? O que muito havia sido pensado seria uma união de indivíduos de mesma etnia, compartilhando a mesma língua, de uma origem comum, crenças etc. Porém, o que é observado que muitas vezes o mesmo povo não compartilha de uma mesma língua ou matrizes étnicas, entre outras semelhanças mais aprofundadas, para que sejam reconhecidos como nacionais semelhantes. Os grandes exemplos do quão importante é a necessidade de um objetivo comum para um agrupamento de pessoas se tornar *povo*, é de um relacionamento objetivo e constituinte. A noção da nação como algo maior que os une por uma causa, que é o caso do palco revolucionário americano e francês. Na França, durante o período revolucionário, por exemplo, existiam alsacianos, galeses, gascões entre outros que falavam diferentes línguas, entretanto o que os unia era a grande ideia de serem parte

do povo francês. Pouco importava sua matriz linguística filológica e os hábitos regionais, mas havia um sentimento muito maior e a gana que os unia.

Ficam mais claras essas colocações com a citação Hobsbawm,

Particularmente não há lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma “nação” em bases linguísticas, étnicas ou em outras características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo. De fato, por causa disso já foi mostrado que a Revolução Francesa “foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade; era inclusive hostil a ele”. (...) “Do ponto de vista revolucionário, as diferenças étnicas eram tão secundárias quanto iriam ser mais tarde para os socialistas. Evidentemente, o que distinguia os colonos americanos do rei Jorge e seus seguidores não era a linguagem ou a tecnicidade e, do mesmo modo, a República francesa não viu dificuldade alguma em eleger o anglo-americano Thomas Paine para sua Assembleia Nacional (HOBSBAWM, 2008, p.32).

Também, ao se tratar da questão de nação, do pós-Revolução, dos avanços napoleônicos e aglutinação dos novos territórios conquistados, procurando estabelecer *a grande nação*, nota-se que realmente o entrelaçamento das questões identitárias sociais do nacionalismo e o poder e administração do Estado permitem tornar mais palpável a compreensão do Estado-Nação. Com isso, surge a necessidade de se fazer do território uma nação. O que se observa em situações como a de fundação dessa nova forma de organização do espaço é entender que desde o período revolucionário a França faz com que os habitantes de qualquer região francesa aceitem os termos de cidadania, dentre eles a obrigatoriedade do uso da língua francesa. Com o ensinamento da língua de uma maneira uniforme, se diz uniforme pois é importante frisar que neste período na Europa havia diversos dialetos, línguas que traziam os modos arcaicos e medievais na fala, que em outras localidades já haviam se modificado. Com o ensino da língua, a adoção das leis e assimilação das concepções dos costumes, procura-se, então, dar o caráter de *ser francês*, ser nacional.

Segundo Hobsbawm (2008), no período das Revoluções, seria mais difícil ainda o controle das populações pelo simples fato do decaimento da imagem do rei. Decaimento não só de prestígio, mas se cai por terra toda a mitologia envolvida, a crença de que o rei era um ser divino que escolhe sempre o certo e que tem poderes sobre-humanos. Logo precisa-se haver uma forma de fazer com que o povo se sinta cidadão, e no caso apontando inclusive para a democracia, povo-cidadão = Estado-Nação.

Em nenhum momento o autor retira o poder militar como forma de poder e execução do mesmo para manter o território, mas, sabendo as questões e o acontecimento das próprias revoluções, percebe-se que deste momento histórico em diante se tem grandes exemplos de uma nova organização que aglutina o povo com maior ênfase no que vem a ser o país, o Estado, a nação, ou seja, existe uma mudança social no processo que sabe-se tratar da ascensão burguesa à alta política, mas junto com isso, há a questão cultural, identitária e de cidadania envolvida, assim se tem uma ideia de nação muito mais robusta.

Como já se foi exposto, no período que abrange a *Era das Revoluções* (século XVIII) é que se tem o grande ponto de virada das monarquias para a burguesia. A burguesia traz consigo uma nova lógica de funcionamento econômico, no caso, o liberalismo. De início ainda não se faz a diferenciação do liberalismo político (o das liberdades individuais) e o liberalismo econômico, pois, anda incipiente, era entendido como um todo. Com os novos regimes, nascem as burguesias nacionais que representam essa nova forma administrativa, a noção de público, privado, o modo de produção e a geração de riquezas. Os intelectuais políticos e econômicos que dão sustentação ao que vem a ser o liberalismo, trazido com a máxima: *“Igualdade, Liberdade e Fraternidade”*, que, no fundo, quer dizer, igualdade política, sem a superioridade da nobreza, onde agora os homens (humanidade) comuns tenham os mesmos direitos dos nobres, em sentido jurídico, e de posses no sentido de terras e valores, e a Liberdade para se fazer o comércio, enriquecer e poder fazer isso sem que haja autorização real e sobretaxações de seus negócios, dessa maneira, podendo ascender socialmente e no poder econômico e político. O conceito de fraternidade é questionável, pois no período da revolução ainda não era comentado o Estado de Bem Estar Social Europeu, mas traz a ideia de cidadania e união entre os nacionais, ou seja, se cria o cidadão de direito, fim de uma servidão.

A mudança de sistemas de um Estado mercantil para o modo de produção capitalista serve também como um grande trampolim de um comércio vivido apenas entre os Estados, que se comunicavam por via do mercantilismo, para as formas do comércio e capitalismo global. Essa evolução é algo crucial para que se entenda o peso e o poder do Estado-Nação do século XX, ou seja, nos séculos XVIII e XIX se dá o desenvolvimento de um discurso cosmopolita e refinado, porém, a grande virada é na questão de um capitalismo global e plural, de um pluralismo político e a produção industrial.

Pois é evidente que o papel das economias definidas por fronteiras estatais era grande. A economia do mundo novecentista era mais *internacional* do que cosmopolita. Teóricos do sistema mundial tentaram mostrar que o capitalismo foi criado como um sistema global em um continente, e não em outro lugar, precisamente por causa do pluralismo político da Europa, a qual não constituía nem fazia parte de um único “império mundial”. O desenvolvimento econômico nos séculos XVI a XVIII foi feito com base em Estados Territoriais, cada um dos quais tendia a perseguir políticas mercantilistas como um todo unificado. De modo mais óbvio ainda, quando falamos de capitalismo mundial no século XIX e começo do XX, falamos das suas unidades nacionais componentes no mundo desenvolvido – da indústria britânica, da economia americana, do capitalismo alemão diferente do capitalismo francês e assim por diante. Dos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, parece não haver espaço e lugar na economia global para aquelas unidades genuinamente territoriais (HOBSBAWM, 2008, p.37).

Logo se vê que a criação da nação vai além das animações do nacionalismo como uma defesa do próprio Estado, trazendo fundamentos imateriais muito mais fortes que estruturas materiais para o funcionamento de um governo. Além desse governo, há um arcabouço para que se desenvolva dentro dele a estrutura que o solidificará: o fundamento cultural que os fará ter a identidade cultural coletiva da população, o desenvolvimento de sistemas para que se faça forte o Estado-Nação, o desenvolvimento de uma burguesia nacional e que floresça uma economia mais voraz, que virá a se conectar com as outras ao redor do mundo no fator da globalização e a economia de interdependência. Assim, também se procura de toda maneira o reconhecimento do Estado-Nacional, se fazendo valer internamente com uma população que acredita no projeto e sinta como algo natural ser nacional do lugar, como se sempre fora assim, transformando-se no concreto que dará sustentação e legitimidade para o ser Estado. Então, se cria a ambiência para que este Estado seja reconhecido pelos outros Estados de seu entorno, seja pelo reconhecimento da oportunidade econômica, seja pelo fator realista de ter que se promover a guerra para se proteger.

De certa forma, a estrutura estatal é o ator internacional de maior relevância no espaço, mas o mesmo só se desenvolve com uma crença muito forte, embasada em uma cultura nacional apoiado por corações e mentes de uma população que se identifica e crê na importância de ser nacional, animando então o nacionalismo que serve como principal combustível para a ação do Estado ser e fazer valer. Com isto sugere-se uma incursão nos domínios do poder brando, o que se fará nas páginas a seguir.

2.4 *Soft Power*

Soft Power ou poder brando é a capacidade de influência em larga escala. Porém, para se entender o Poder Brando, é necessário que se faça uma rápida introdução do que vem a ser poder. Segundo Nye (2012) em *O Futuro do Poder*, poder é a capacidade de manter ou alterar uma situação a partir da vontade de quem possa fazer isso, incluindo-se diversas escalas que vão desde o micro, em relações pessoais, até o macro, capacidade de moldar coisas ao seu favor e gosto, como organizar um país, um exército, um Estado e influenciar para que sigam ordens. O poder, então, é a habilidade de se fazer com que sua vontade seja respeitada e as tarefas para isso executadas. As relações de poder, porém, são muito mais complexas do que influenciar alguém ou tomar algo dele. Quando se fala em poder real, em questões de Estado, pensa-se então na constante tensão internacional que vem desde tempos tão antigos quanto se pode lembrar, ou seja, as demonstrações de poder são descritas ao longo da história onde as organizações humanas competem por recursos, terras, influência política, etc.

As guerras e conflitos, segundo Joseph Nye (2012), em geral, são a continuação da política direta com o objetivo de se alcançar o que almeja, seja o território, o recurso ou o que quer que seja, para isso é necessário o uso da força, ou seja, o *Hard Power*, ou Poder Bruto. O poder bruto pode ser representado tradicionalmente através de território, população, uma economia forte, recursos, forças armadas, táticas, estratégias, etc. Em outras palavras, elementos palpáveis que possam ser administrados e mobilizados para se conquistar o que se deseja através de um conflito direto, o que vem a ser eficiente, porém demasiadamente custoso.

Para se obter o que deseja através do poder bruto, ou seja, da forma mais tradicional de poder, a força, é necessário mobilizar tropas, investir na logística, armamentos, uniformes, equipamentos, transportes, vestimentas, estratégias e ciências militares, tecnologia, treinamento e execução. Ainda, ao conquistar o que se deseja, é necessária sua manutenção e, por conseguinte, desgaste político com o convencimento, insurgências vingativas, criação de inimigos, etc.

Sobretudo as maneiras mais tradicionais de se demonstrar e executar o poder, serem excessivamente caras e custosas não só em sentidos econômicos, mas político, social, e muitas vezes o prestígio de batalha pode ser uma faca de dois gumes. Se por um lado se obtém o que é desejado, o prestígio militar, pode por outro

criar desavenças regionais, insurgências não oficiais de força, reações inesperadas ou ainda pior que tudo isso, a derrota. Para isso se pensou uma forma mais refinada de se fazer valer o poder, o *Soft Power*, ou poder brando. O poder sendo a capacidade de resistir às mudanças ou promovê-las (NYE, 2012), se faz importante a manutenção deste, ou adquirir influência o suficiente para que se consiga mais facilmente exercer poder de maneira mais eficiente, é necessário, então, usar o poder brando. O poder brando é um poder de influência que age nas sociedades, influenciando para que se absorva informações que possam se transpassar para sua maneira de viver.

“O poder social opera abaixo do nível comportamental, moldando as estruturas sociais básicas, os sistemas de conhecimento e o ambiente geral” (NYE, 2012, p.26), contudo, tendo recursos de poder o suficiente, não quer dizer que tenha real poder. Nada adianta ter muitos recursos de poder, como os Estados Unidos da América (EUA), se não consegue aplicá-los de forma eficiente, como por exemplo, os próprios EUA tinham muito mais recursos de poder que o Vietnã durante a guerra, e mesmo assim perderam (NYE, 2012).

Assim como é dito dos crescentes poderes atribuídos a países emergentes que tem potencial, como a crescente economia chinesa e a população indiana, que, obviamente, vão acabar por formar maiores números em contingente militar e usar sua crescente tecnologia para fins militares. Esses recursos puramente brutos, se não tiverem toda uma estratégia e alocações até meandros podem resultar em frustrações, como foi observado.

O poder brando por ser basicamente um grande poder de influência refinado, por si só já está contido em um projeto muito bem planejado. Nye em seu primeiro artigo no assunto homônimo *Soft Power*, de 1990, declara que o poder militar depois do fim da União Soviética além de caro, se tornara muito ineficaz. Ainda frisava que a interdependência econômica entre os países do mundo crescia vertiginosamente com o passar dos anos, e apontava inclusive a perda de força real dos EUA com o passar do tempo. Ele ainda compara como prova, a força que os EUA tinham durante 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, com o que os EUA possuía ao fim da Guerra fria, com uma balança comercial positiva ao final dos anos 1950, sendo praticamente ponto de chegada ou partida de 50% do comércio mundial, com o final dos anos 1980, onde sua balança comercial é deficitária desde meados nos anos de 1970 (NYE, 1990).

Tradicionalmente o teste de uma grande potência era sua força na guerra. Hoje, entretanto, a definição de poder está perdendo sua ênfase na força militar e conquistas que marcaram eras anteriores. Os fatores de tecnologia, educação e crescimento econômico estão se tornando mais significantes no poder internacional, enquanto geografia, população e matérias-primas estão tornando-se um tanto menos importantes. No caso, estamos entrando no “período Japonês” na política mundial? O Japão certamente tem sucedido mais como Estado comercial desde 1945 do que com sua estratégia militar de criar um Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental na década de 1930. Por outro lado, a segurança do Japão em relação a seus grandes vizinhos militares, China e União Soviética, e a segurança de suas rotas marítimas dependem fortemente da proteção dos Estados Unidos. Enquanto talvez diminuam, esses problemas não desaparecerão com o fim da Guerra Fria. Não se deve concluir apressadamente que todas as tendências favorecem poder econômico ou países como o Japão. (NYE, 1990, p.154, Tradução do autor)¹

Nye (1990) se preocupa em como reorganizar e recuperar poder para seu país, os EUA, a partir da lógica de que o mundo pós Guerra Fria, não seria mais polarizado em duas potências, mas em uma multipolarização de poder ao redor do mundo. Com o crescente poder de outros países como Japão, China, uma Europa reestruturada, novos grupos armados como grupos terroristas, que fogem à lógica de guerra entre Estados, procura uma saída eficaz. A saída então se faz de modo mais inteligente sendo o poder de influência dos EUA, não por puro poder econômico ou poder bruto, mas o da influência direta e indireta sobre as questões políticas no cenário mundial. Esse poder de influência é o que vem a ser o poder brando.

É interessante registrar que Nye gosta de lembrar as palavras do ex-presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, como um dos ápices dos resultados de um poder

¹ Traditionally the test of a great power was its strength in war. Today, however, the definition of power is losing its emphasis on military force and conquest that marked earlier eras. The factors of technology, education, and economic growth are becoming more significant in international power, while geography, population, and raw materials are becoming somewhat less important. If so, are we entering a "Japanese period" in world politics? Japan has certainly done far better with its strategy as a trading state since 1945 than it did with its military strategy to create a Greater East Asian Co-Prosperity Sphere in the 1930s. On the other hand, Japan's security in relation to its large military neighbors, China and the Soviet Union, and the safety of its sea routes depend heavily on U.S. protection. While they may diminish, these problems will not vanish with the end of the Cold War. One should not leap too quickly to the conclusion that all trends favor economic power or countries like Japan.

brando bem aplicado: “Não só porque você lhes disse para fazê-lo, mas porque elas instintivamente querem fazê-lo para você” (NYE, 2012, p.32). Com o poder de convencimento e de fluidez cultural dentro dos planejamentos, se torna muito mais fácil de se aplicar o poder desejado. Essa maneira é construída a partir de uma proposta de se fundamentar e propagar a ideia de legitimidade de quem exerce esse poder. Muitas vezes o poder é real, mas não legítimo. Essa legitimidade faz parte de uma crença de um imaginário coletivo do que se faz valer, de se acreditar que se tem esse poder, faz parte não só de um respeito, de um grande prestígio, muitas vezes até em questões de se fazer essa imagem tão forte que passa-se a acreditar nesse tal poder ou ainda nas decisões que esse poder toma. Isso faz muitas vezes com que se criem convencimentos internacionais, discursos e explicações que se façam tal persuasão, ou até mesmo direcionado, criando essa ambiência, fortalecendo a imagem, fazendo com que essa crença crie prestígio e daí se tem o poder de influência que se almeja.

Essa influência pode vir de uma grande influência política, na qual se acredita que essas são as melhores decisões e que vão levar aos melhores resultados por todo um capital político construído ao longo dos anos. Uma influência econômica na qual se tem o planejamento e a distribuição desses recursos de maneira que se faz criar o sucesso baseado na economia. Grande fato disso se deve muito pela questão globalizada dos dias atuais, na qual não se imagina o quanto estão atrelados os poderes econômicos e sociais dessas questões. Por exemplo, com o avanço das questões da globalização, já mencionadas de forma incessante nesse trabalho, acaba por influenciar a partir da economia e o mercado de culturas ao redor do mundo toda uma questão que se reflete no imaginário dos indivíduos, contribuindo inclusive para o consumo de outras culturas. Esse consumo cultural, muitas vezes sem ser notado como uma mutação da identidade, na qual se reproduz costumes de outros lugares do globo terrestre, advindos de países influenciadores a partir dessa cultura globalizada.

O grande exemplo dessa influência cultural por Nye (2012) pode ser simples, corriqueira e vista diariamente sem se perceber. Ao imaginar um rapaz ou uma moça querendo impressionar seu par procurando se vestir bem e causar uma boa impressão, vai à uma loja comprar calça jeans, uma camiseta com a estampa de James Dean, uma jaqueta à Marlon Brando, um par de tênis *Air Jordan* e ir com seu par romântico ver um filme estrangeiro e jantar em um restaurante japonês. Mesmo

parecendo natural a ele, ou ela, por meio de todo um processo de convencimento e condicionamento, ambos passam a acreditar que aquilo é o que realmente é bonito, além da movimentação de toda uma rede de propaganda, atores, estúdios empresas, tanto do *merchandising*, a questão da globalização e entrelaçamento de economias nacionais e o convencimento a partir da cultura. Passa-se então a absorver essa cultura estrangeira e utilizar como sua sem perceber que assimilou, além de todo um lado econômico, os valores e referências do exterior e incorporou como sua própria identidade. Acha-se, então, que fez uma escolha realmente consciente, e por que realmente gosta disso como algo seu, quando sofrera influência sem ao menos perceber por si próprio.

Esse é o real poder brando em funcionamento, quando se tem um convencimento a ponto de não se questionar a real motivação de se tomar decisões, havendo então uma assimilação cultural a ponto de se tomar decisões que agradam a quem realmente detém o poder brando. Ou seja, existe todo um esforço para que se influencie os outros para que queiram o mesmo que você, e se faz isso de maneira a influenciar para que se tome a decisão como se fizesse isso de própria consciência deles, porém, houve todo um fator de influência para que isso ocorra. Apesar de ser um modo trabalhoso, se torna não só lucrativo, dependendo da campanha, mas muito mais barato que usar o poder bruto.

Assim como os já citados anteriormente Foucault, Stuart Hall e Hobsbawm, Nye também aborda a situação de que: “Os humanos estão incorporados em estruturas complexas de cultura, relações sociais e poder que os afetam e constroem” (2012, p.36). Apesar de cada um desses autores trazerem isso de uma forma peculiar, todos eles tocam no mesmo ponto, de que existe uma superestrutura, e uma infraestrutura, como diria Marx, que regula a sociedade. No tocante a Foucault, diria que existe um policiamento, uma vigilância constante para que se constanja e se regule desde a educação à vida social dos indivíduos. Hall dirá que isso traz para eles a identidade pessoal e coletiva e Hobsbawm, por sua vez, explica isso como a formação na ideia de nação, onde o imaginário popular e a crença no mesmo se traduzem em nação.

O que Nye aparenta querer introduzir nessa linha de pensamento é que se pode influenciar a partir de meios de cultura na forma de influência cultural planejada a partir de cargas de cultura sendo elas distribuídas pela complexidade da interdependência comercial e distribuição, seja pela forma de alvos como estratégia do poder brando de

se atingir de maneira específica a ponto de além de se influenciar culturalmente, absorver a mesma e facilitar a tomada de decisões à seu favor.

O poder brando tende a ser necessário para se conseguir maior influência ideológica, convencimento internacional, como a opinião popular dentro e fora dos países. Esse exemplo fica mais concreto ao ver no Brasil pessoas que defendem as posições norte-americanas na “guerra contra o terror”, ou acreditam que o modelo americano é o melhor a ser seguido. Isso se dá devido a um poder brando muito bem aplicado em forma de distribuição cultural e sua assimilação por meio de mensagens que transmitem segurança, prazer, as vezes até medo, como assistir à um filme do Capitão América e passar a entender que aqueles valores do super-herói são realmente os valores norte-americanos. As casas de classe média recheada de bens materiais e facilidade do consumo, apesar de não fazer parte de uma classe alta, e claro, as demonstrações reais e fictícias de poder militar. Isso cria todo o imaginário de que esse é realmente o melhor modelo a ser seguido, assim se tem uma assimilação, uma real crença do que está se passando, mesmo que não seja real. Aliando isso às questões econômicas e à globalização, no que diz respeito ao consumo, pode-se verificar de fato como o poder brando é eficaz

Em face do poder brando além de disseminar cultura e a mesma ser assimilada por outras nações, é também característico a vontade de se reproduzir essa cultura adquirida para se fazer parte disso, voltando ao grande chavão já dito por teóricos da ciência política e sociologia, em especial Nye (2012): “O poder é de fato quando alguém faz o que deseja, acreditando que está fazendo o melhor para si mesmo, mas ao final está me beneficiando”. Um grande exemplo disso é o que outrora fora a França como grande disseminadora de cultura. Se havia uma ideia do século XVIII até meados do século XX sobre os grandes ideais franceses, Paris, a cidade luz, as grandes ideias, o poder artístico e principalmente a disseminação de sua língua.

Nye aponta em seu livro que esse era um grande ponto onde a França tinha muito poder brando ao conseguir todo um imaginário internacional sobre a cultura francesa e sua língua com poder tal que ganha fatores oficiais, extraoficiais, e a vontade de se falar essa língua. O que parece pouco, a propósito, apenas comunicacional, tem uma carga cultural muito grande.

Os realistas sempre discorrem sobre o que vem a ser poder de fato e os reais atores do cenário internacional, classicamente considerando apenas os Estados. Porém, hoje é ainda mais notória a importância de considerar a pluralidade de atores

como empresas privadas, personalidades mundiais, organizações não governamentais, como as questões da privatização da guerra. O que aparece estranho, a uma primeira vista, a “privatização da guerra”, há de se lembrar que as organizações terroristas não são estatais, em sua maioria, e que são então atores privados que promovem os conflitos, locais e mundiais a partir de atos isolados de impacto mundial. Além disso, esses grupos também são produtores e executores de poder brando, como o convencimento de todo seu entorno, inclusive de países aliados ou teóricos e entusiastas de outros países. O que se quer dizer é que, o poder bruto nunca deixará de ser necessário, mas não é suficiente para o exercício do poder. O convencimento, a influência são tão relevantes em questões globais hoje em dia quanto uma divisão das forças armadas. Ao passo de que se é necessário não só o convencimento, mas a relevância dos propósitos de cada Estado para sua agência mundo-a-fora. Um grande exemplo de como o poder de influência pode funcionar de forma excelente de maneira eficaz, muito mais barata em termos políticos e extremamente mais barata em termos militares foi o exemplo citado por Nye que

Em 2007, às vésperas das Olimpíadas de Pequim, Steven Spielberg enviou uma carta aberta ao presidente Hu Jintao pedindo à China que usasse sua influência para obrigar o Sudão a aceitar uma força de manutenção da paz das Nações Unidas em Darfur. A China logo enviou o sr. Zhai para Darfur, uma virada que serviu como um estudo clássico de como uma campanha de pressão, destinada a colocar Pequim em uma posição vulnerável em uma ocasião vulnerável, podia realizar o que anos de diplomacia não haviam conseguido (NYE, 2012, p. 117).

O poder brando tem basicamente três recursos básicos, a cultura, os valores políticos e a política externa, sendo esses três fatores fundamentais para a formulação e execução do poder brando (NYE, 2012). A cultura é um modo de interação entre os indivíduos, é o fundamento, como já foi visto ao longo do trabalho, que se faz necessário para a propagação de crenças e que traz a consciência e identidade coletiva, porém não sendo estática. Além de que a cultura não funciona de modo uniforme, muitas vezes interage com culturas diferentes e faz a conexão do comportamento com o poder. Essa por sua vez traz então a oportunidade de se alinhar em um mapa, ou melhor uma estratégia que a partir da cultura e o entendimento do modo de execução do poder político e os valores sociais e políticos se pode assimilar e influenciar a partir de fatos culturais e, dessa forma, chegando inclusive ao terceiro ato, a influência na política externa.

Normalmente se procura influenciar a partir da cultura para se criar essa base ideológica, cultural e influenciadora a partir dos mais jovens que são tipicamente mais abertos a ideias e ideais diferentes. Especialmente quando vindos em forma de música, lazer e produtos culturais que vão desde comida ao modo de se vestir, festas a ideais políticos, filmes e séries a grupos destinados a um propósito específico, estudo da língua, da cultura, da história, a ressignificação de fatos, o convencimento popular a partir da romantização de fatos históricos ou pontos de vista de agora. Cinema, música, teatro, programas de TV, as novelas da Globo transmitidas mundo afora que levam consigo toda uma carga cultural de como funcionam as relações humanas, a sociedade, os valores sociais e políticos, os fatos amorosos incrustados de entendimentos e padrões, a moda, a comida, os costumes brasileiros.

Isso que parece tão trivial, um tanto até inocente, é uma forte arma de aplicação de poder brando. O convencimento a partir da empatia com as personagens, os telejornais que produzem opinião, as telenovelas que reproduzem os padrões sociais pelo vínculo afetivo, disseminando moda, o que consumir, desde palitos de fósforos à automóveis e a vestimenta. O modo de se portar perante aos fatos vividos na trama, e inclusive a seleção de nomes de recém nascidos a partir dos nomes das personagens da televisão.

A partir daí consegue-se a máxima de influenciar corações e mentes, indo até mais longe ao adentrar pelos sentimentos e os laços afetivos através dos mesmos, e conseguir influenciar em atos políticos, ligados à mente. Isso se faz importante ao conseguir a influência da opinião pública internacional, adeptos de forma massiva com a crença advinda de assimilação cultural e fortes vínculos fechados a partir do consumo desse tipo de cultura e comunicação, conforme se tenta explicar adiante, observando-se a região escolhida para esta pesquisa. Interessa, no momento, adentrar em seus aspectos históricos, conforme se verá a seguir.

3 HISTÓRICO DA REGIÃO

Para se entender a fronteira, além da cultura e do território político riscado em seu mapa de linhas imaginárias, é necessário entender a história da formação da fronteira, ou mais específico, da cidades em questão que o trabalho aqui expõe. As terras meridionais da América do Sul, onde se localiza o encontro atual de Brasil e Uruguai, onde se costumou chamar de *Fronteira da Paz*, foi a séculos atrás área de colonização europeia compreendida em um jogo de poderes por influência, território, riquezas e, ainda, entradas e saídas estratégicas para a área do rio da Prata.

Essa é a região onde houve o encontro de portugueses, indígenas nativos e espanhóis que contribuíram para o enriquecimento da história da região, das lendas e muito da cultura regional. Esse é o cenário de um clima de ambições, poder, ou simplesmente modo de vida, onde as formações ou melhor dizendo as transformações do território, uma história tão pitoresca que pode muito bem ser usados em um roteiro de algum filme de pioneiros e indígenas, com povos disputando por poder ou pela própria vida. Essa região ao sul do que hoje é o Brasil e Norte do Uruguai, a chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, em sua fronteira oeste habitavam indígenas, os charrua, bandeirantes mestiços vindos de outras localidades 'brasileiras', portuguesas e espanholas.

Nessa região em questão surgem os primeiros gaúchos. Gaúchos em seu significado original, vem da língua quíchua, a língua dos charrua, significa, segundo Vera Albornoz, *órfão*, pelo fato de, durante essa parte de formação, (anterior a 1800), não existirem famílias (no entendimento europeu) habitando a região. Esse cenário trazia expectativas para os novos habitantes, viajantes em geral que se dispunham a vir a região em busca de riquezas, assim como a lógica tradicional de pioneirismo e conquista territorial, seja ela oficial ou informal. Isso traz um misto de liberdade, quanto possível hostilidade, no tocante a não haver uma real autoridade fixada na região. Na verdade, o individualismo aliado à ambição moldava o modo de vida dos 'videntes' que ali habitavam.

Muito mais do que componente étnico, principal característica do gaúcho é seu extremo individualismo: "moravam na sua camisa, de baixo do seu chapéu", não dá importância pra fronteiras nem para autoridades, o contrabando é seu meio de vida, menospreza propriedade e os vínculos sociais. Esse gaúcho mítico chamado pelos cronistas estrangeiros de pilhador, ladrão, jogador, foi, justamente com os índios, seus parceiros e amigos, o habitante da campanha meridional do Rio Grande e do norte do Uruguai. Na campanha permaneceu muito mais tempo, porque não haviam

idades nem povoações, como se vê no mapa sobre o Continente em 1800 (ALBORNOZ, 2000, p.23).

Basicamente essa região é marcada pelas missões da igreja católica, no formato dos povos jesuítas, os indígenas charrua e guarani, com as disputas ibéricas, e seus descendentes miscigenados ainda incompreendidos com a formação dos gaúchos, se baseavam na criação e roubo de gado. Com o Tratado de Santo Afonso, firmado entre Portugal e Espanha em 1777, decidiu-se que esta teria por direito a exclusividade na navegação pelos rios da Prata e Uruguai. Em troca Portugal garantiria para si por direito toda a região dos Sete Povos das Missões, hoje compreendendo as cidades da fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul como São Borja, Santo Ângelo, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, Entre Ijuís, a então ilha de Santa Catarina e, mais ao sul, a Colônia de Sacramento, hoje pertencente ao Uruguai, porém de colonização portuguesa, inclusive sendo a mesma ponto turístico até hoje pela arquitetura e fortificações conservadas desde a época colonial.

Contido nessa lógica de influência e de poder no território, há o que passou a ser chamado por Campos Neutrais onde, pelos acordos, não se podia edificar fortalezas ou qualquer tipo de guardas e povoados. Esse último, apesar de necessário para uma coexistência pacífica, foi a grande oportunidade para o estímulo do contrabando. É neste contexto que toma forma o modo de vida gaúcho.

O grande contraponto a essa lógica, é que as cidades portuguesas subvertem toda a lógica existente desde o tratado de Tordesilhas (1500), ou seja, por meios oficiais os portugueses “seguiram as regras”, porém o bandeirismo, de portugueses e mestiços de ascendência lusitana, subvertia esse processo agindo como “bandidos” que, aos poucos ocupavam a terra. Com a ocupação se anexava às porções lusas, ou seja, de maneira indireta os portugueses avançavam rápido, contrastando com o sistema espanhol mais lento, principalmente pelo modo eficiente de se conquistar o título de estancieiro (dono de terras) e militar, acumulando prestígio e poder, assim solidificando os laços com o governo oficial português e mantendo o território.

Porém com a falência dos tratados anteriormente fixado e os conflitos entre jesuítas e governos oficiais, acabou por colocar em instabilidade a região dos Sete Povos das Missões, provocando conflito entre portugueses e espanhóis e a questão do escravagismo indígena. Segundo a historiadora Vera Albornoz (2000), pela

ineficiência dos meios diplomáticos, a volta de conflitos por influência e domínio da região na primeira década dos anos de 1800, a revogação de acordos antigos, culminou com a necessidade de um novo acordo, o que veio a ser então o acordo provisório em 1804 que, desta forma, acabou por fixar uma linha provisória das possessões portuguesas ao longo da lagoa Mirim, o Jaguarão, as nascentes do Rio Negro e do Piraí o Santa Maria e o Ibicuí, o que não foi respeitado por muito tempo, havendo retomadas as investidas portuguesas contra os estancieiros militares, culminando com a retomada, em 1810, do ponto de Quaraí.

A ambição portuguesa por um território continental era de certa forma incessante, e a grande oportunidade veio em meados da invasão francesa na Espanha, pelo primeiro Império Francês de Napoleão, no qual abriu, não só a oportunidade do avanço português na região, mas, de um maior esforço espanhol voltado as suas terras europeias.

Dessa forma, os luso-brasileiros seguiram infiltrando-se na margem leste do Rio Uruguai, comumente denominada Banda Oriental, onde as condições se apresentavam mais favoráveis ao desenvolvimento do gado e de seus derivados, em particular o charque. A disputa em torno da região recrudescceu com a transferência da corte de Lisboa ao Brasil (BANDEIRA, 2006, p. 81, tradução do autor).

Aliados aos gaúchos e estancieiros, a mando de D. João, o Príncipe regente, o Capitão Geral do Rio Grande, Dom Diogo de Souza, que fez a retomada das terras com o chamado “Exército Pacificador da Banda Oriental”, o que deu origem a atual cidade de Sant’Ana do Livramento onde, à época, foi dado o nome de “Acampamento de São Diogo” (ALBORNOZ, 2000). Esse acampamento acabou por se tornar cada vez mais habitado e resistente, chegando a se tornar cidadela. Em um curto espaço de tempo, havia armazéns, depósitos de material e mantimentos, hospital, um número oficial de homens em armas de 1029, ou seja, com a passada das forças militares acabou também por se manter esse posto que se tornou pouco a pouco de lugarejo a uma cidade.

Com os avanços do Exército da Banda Oriental, em pouco tempo chegou-se a Maldonado até o armistício em 1811, na qual os portugueses alegaram posse das terras até dos limites do Rio Quaraí, pelo “*útil possidetis*”, ou seja, pela ocupação e uso efetivo das terras com as cidadelas estabelecidas. Alheio às questões das colônias e à coroa espanhola, Dom João ainda aspirava seu domínio continental e a implantação dos limites brasileiros para o Rio da Prata. Na verdade, pelo que se

percebe na historiografia, “o príncipe regente, Dom João, sonhava com a possibilidade de fundar um poderoso império na América e acreditou que poderia reunir sob o mesmo cetro os Estados do Brasil e as colônias da Espanha, submetida na época por Napoleão (BANDEIRA, *op. cit.*, p. 81, tradução do autor) Desta forma, Portugal até tentou, com a conquista de Montevidéu para si, porém, os ideais liberais de Artigas, revolucionário que virá a ser mártir do Uruguai, fez frente contra as investidas portuguesas e se manteve na resistência, porém não por muito tempo, sucumbindo em 1820. Desta forma, segundo Albornoz (2000) Montevidéu caiu sob o domínio joanino, sob o nome de província cisplatina, agora constituinte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Esta configuração se mantém até a independência do Uruguai, em 25 de agosto de 1825, recuperando Montevidéu e Maldonado. O reconhecimento da independência só seria efetivado em 1828 com a recuperação desses territórios estratégicos, porém na fronteira segue o Acampamento de Dom Diogo, sob domínio brasileiro, passado para cidadela e hoje a cidade de Santana do Livramento. Nasce, portanto, dos avanços de gaúchos e outros colonos brasileiros, como acampamento militar, no período joanino do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, nos idos de 1811, desmembrando-se por definitivo, segundo Vera Albornoz (2000), do município de Alegrete, a quem pertencia. Assim, passou a ser a Vila e, em 1876, cidade. Em contraponto, com a crescente população santanense na região, é criada a vila de Ceballos em 1862, cinco anos mais tarde rebatizada como Rivera. Assim surge a fronteira que o trabalho pretende estudar.

Santana do Livramento acaba por estar presente em diversos conflitos, inclusive anteriores a Rivera como a Guerra da Cisplatina, Guerra Grande contra Rosas e da sempre aclamada pelos sul-rio-grandenses, a Revolução Farroupilha. Os acampamentos santanenses, segundo as pesquisas históricas de Vera Albornoz (2000), ficaram conhecidos como “matadouros do exército”, pela fama adquirida durante a guerra de independência do Uruguai, pois quase dois mil soldados morreram nos acampamentos entre os meses de maio e setembro por falta de mantimentos, fardamento adequado e principalmente pelo frio. Santana do Livramento então se faz importante pela sua história como ponto geopolítico em questões territoriais, seja para caminho a dentro do que hoje vem a ser o Uruguai, seja para o acesso ao Brasil, porém, em questões de acesso de fato, sua distância se torna um contraponto logístico. O que se torna complicado inclusive nos dias atuais é a

distância e acesso dos grandes centros até a fronteira, além disso, suas estradas de acesso que não são muito bem mantidas, o que não quer dizer intrafegáveis.

O que se pode entender é que se por um lado as guerras assolavam as lavouras e cidades, eram muito lucrativas no tocante ao comércio, sendo eles em suma tanto de mantimentos quanto de armas, que circulavam de um país a outro, nas rotas que se cruzavam em Livramento-Rivera. Não só as armas e alimentos como câmbio, mas, o dinheiro e as vendas de couro.

Nasce, portanto, em meio a conflitos, a forja do sentimento nacional, criando então a ambiência de um patriotismo para sua defesa. Além disso a derrota das campanhas militares argentinas causavam um certo desconforto interno, e em especial, um revanchismo do então presidente José Manuel Rosas da Argentina, e logo após independente, o Uruguai começa seu jogo estratégico em alianças políticas como não só o apoio inglês, mas como a busca de aliados continentais como o Brasil.

Nesse interim, ingleses, franceses, espanhóis, italianos ajudam a defender Montevidéu. A campanha uruguaia estava tomada pelo exército argentino e a riograndense breve seria ocupada por Caxias, para vencer os Farroupilhas. Em 1845 o uruguaio Magariños Cervantes recebeu do presidente Rivera a missão de vender ao Brasil o território entre os Rios Arapei e Quaraí. Em 1848 o diplomata Andrés Lamas escreveu a carta onde dizia que “a independência do Uruguai se achava profundamente ameaçada pelo ditador argentino José Manuel Rosas e (...) solicitava a ‘proteção do Brasil’”. Em correspondências diplomáticas os uriguaiois declaravam que o Brasil era “única âncora de salvação (ALBORNOZ,2000, p.34)

Com as mobilizações de ambos os lados, os europeus se retiraram de Montevidéu onde Alexandre Dumas inclusive após a retirada dos franceses para Paris comenta que Montevidéu seria “uma segunda Tróia” (ALBORNOZ, 2000). Em 1851 o Brasil assina com o Uruguai convênios e os exércitos das províncias rebeldes argentinas de Corrientes e entre Rios formam a Tríplice Aliança com o Exército Libertador, este sob o comando de Caxias.

Este fato se torna importante para o presente estudo pois, tal exército se concentrou em Santana do Livramento o que, de certa forma, serviu para aquecer a economia local e movimentar as rotas. A título de fechamento de ciclo histórico, o exército da Tríplice Aliança venceu os argentinos e os blancos uriguaiois (que pleiteavam a anexação do Uruguai à Argentina) e depuseram o presidente José Manuel Rosas. O Uruguai, independente, assim serviu tanto como uma nova nação, quanto uma barreira de segurança entre Brasil e Argentina, com a capital

‘estrangeirada’ onde segundo relatos históricos, era de dois terços da população (20 mil habitantes dos 30 mil) de franceses, ingleses e italianos (ALBORNOZ, 2000).

Com o fim dos conflitos, os problemas econômicos se agravaram para o novo Estado do Uruguai onde, arrasado pelas guerras, estava com suas propriedades rurais arruinadas, o que fez com que o valor das terras caíssem pela metade, o que segundo Vera Albornoz (2000) acabou por dar oportunidade “dos brasileiros comprarem um terço do território uruguaio “e constituíam a coletividade estrangeira mais numerosa: de dez a quinze por cento da população do país” (...) “Os estancieiros brasileiros levavam os padres até suas propriedades uruguaias, batizando as crianças como se fossem brasileiras” (ALBORNOZ, 2000, p.33).

Logo nos meados de 1851, é assinado entre Brasil e Uruguai os limites oficiais de seus países, delimitando assim a fronteira. “O Tratado de Limites, assinado em 1851, é o que está em vigor até os dias de hoje; e “delimitou” a fronteira, nesta região, pelo rio Quarai (KRUKOSKI, 2012). O Tratado de Limites estabeleceu, ainda, que as fronteiras meridionais seriam pelo rio Quarai, Coxilha de Sant’Ana, Chuí e Rio Jaguarão.

Por volta de seis anos após a delimitação, o Brasil faz a proposta de trocar terras, interessado na porção afrente de Santana do Livramento, onde florescia uma vila comercial por outro território na fronteira. O jovem Uruguai ainda receoso de sua frágil soberania por questões de poder real, uma identidade nacional incipiente e ainda receoso da aparente voracidade brasileira, acaba por não ceder essas porções de terra. Esta situação fica bastante evidente nas falas do então deputado uruguaio Garcia Sienra: “Eu não encontro outro caminho para salvar nossa independência que estabelecer colônias nas fronteiras, custe o que custar. Se queremos ser orientais, se queremos ser independentes, esta é a única solução” (SIENRA, *apud* ALBORNOZ, 2000, p. 34).

Assim é feita a ocupação definitiva da Vila de Caballos, o que virá a ser Rivera no ano de 1867, literalmente na divisa com Santana do Livramento. Essa configuração houve desde sua gênese com local urbano e contínuo, o que hoje pode parecer poético, harmônico como a fronteira da paz, as cidades gêmeas, uma cidade binacional expressa por um único espaço urbano pertencente a duas nações, pode em sua incipiência ser interpretada como um limite de “isto é meu”.

Na fronteira entre Brasil e Uruguai, nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, respectivamente, pela questão de estarem longe de suas capitais, é muito

comum que assuntos latentes ao Estado demorem pouco mais a chegar pela fronteira, com exceção das políticas de segurança. O que se percebe é que as cidades surgiram em consonância, e uma em razão da outra. Santana do Livramento se fez ocupar por acampamentos militares brasileiros, e Rivera foi a resposta uruguaia para frear os avanços brasileiros.

A cidade de Rivera, atualmente com quase 70 mil habitantes, foi fundada em 1862, com objetivo de frear a expansão brasileira no norte do Uruguai (ASFF,2009). De fato, a idade realizou tal objetivo. O norte do Uruguai é o norte do Uruguai, não é um prolongamento do sul do Brasil. Mas este objetivo foi realizado de uma forma talvez imprevista. Em tal região bimunicipal de fronteira predomina a integração binacional, bimunicipal, sem que tenha sido eliminada a diversidade Brasil - Uruguai. (BENTO, 2012, p.21)

Existe na fronteira a noção de serem cidades complementares, pela questão do próprio histórico e as necessidades das duas cidades, onde desde sua gênese a cidade foi feita por mudas sazonais dos trabalhadores. Procurava-se então qual lado da fronteira se encontrava oportunidade de trabalho, além do próprio contrabando. Entre as duas cidades não existem obstáculos físicos ou de real separação política com forças armadas ou aduanas bem equipadas para que não se haja “invasão”. Pelo contrário, a circulação de pessoas é livre, e sempre fora livre para os dois lados da fronteira, esse costume é tão antigo quanto as próprias cidades. O que pode não caber no imaginário de outras pessoas ao redor do planeta por haver sempre uma separação mais marcante dentre dois Estados como acidentes naturais ou muros e cercas de arame farpado, entre essas duas cidades é costumeiro que se passe sem problemas de uma cidade para outra, muitas vezes se esquecendo que se trata de outro país.

Os gaúchos constituíram o folclore, a cultura e parte do entendimento dessa circulação livre, pois o modo de vida gaúcho é pertencente a toda a região, não apenas ao Brasil ou o Uruguai. Eram habitantes da fronteira homens livres que viviam do contrabando e da lida do campo, muitas vezes ao se fixarem em alguma terra, lutavam com o estancieiro, que também era chefe militar. Como cita em seu livro, Vera Albornoz diz que principal característica dos gaúchos em sua gênese era seu individualismo e modo de vida – “Moravam na sua camisa, embaixo de seu chapéu” (ALBORNOS, 2000, p.27).

Este costume fez com que a fronteira praticasse uma integração de base, a organização da população se fez ser integrada desde a circulação de pessoas, como bens e serviços, antes mesmo de se ter a ideia formal de blocos econômicos, ou

incentivo para os mesmos. Quando faltava algo de um lado, procurava-se no outro, assim como preços, ou o que fosse, sendo pelo comércio formal, informal ou contrabando. De maneira popular, os moradores das cidades sempre tiveram essa maior liberdade de poder usufruir dos caminhos de conseguir diferentes oportunidades do lado que fosse melhor, seja para o trabalhador, ou para o investidor que via oportunidades de ambos os lados. Normalmente, grandes lojistas e investidores tinham negócios de ambos os lados, pois é mais seguro no tocante à questões econômicas e financeiras. Tanto pela questão cambial, que apesar de uma integração social, existe as questões que de fato ainda são dos Estados diferentes, logo, circulam moedas diferentes. Os empresários então tem negócios dos dois lados dessas cidades conurbadas que aos olhos de quem as vê ao longe, parece apenas uma grande cidade (binacional).

Do alto, o que se vê é uma única cidade, binacional. A linha divisória é imaginária, diariamente ultrapassada pelos povos destas duas cidades integradas em uma só, onde não reina o caos, mas a autoridade do controle social, diplomacia popular, que não nega, mas sustenta a diplomacia oficial e o controle policial. A fronteira entre Rivera e Santana do Livramento não é uma linha-limite de passagem, mas um espaço urbano binacional permanente de vida coletiva, caracterizada pela integração. (BENTO, 2012, p.21)

A integração nessas cidades se dá de duas formas, uma social, pelo fato da permeabilidade da fronteira, se transformando em fato social, no entendimento clássico da sociologia durkheimiana, e da forma utilitária, pelas necessidades do dia-a-dia, aliado à negociação diária do modo fronteiriço de vida (BENTO, 2012). Como já dito, essa integração nasce da complementação de uma cidade em relação à outra, e essa permeabilidade histórica apenas endossa esses balanceamentos diários, além de compartilharem uma cultura comum da origem gaúcha, como os símbolos 'campeiros' unificados. O chimarrão, ou apenas mate, como é mais popular nessas cidades de origem indígena e assimilada pelos gaúchos, e toda a cultura campal, há também não apenas a miscigenação étnica, mas os casamentos de ambos os lados da fronteira.

Não é incomum às famílias binacionais, pelo contrário, os casamentos que ocorrem há décadas. Arrisca-se a afirmar que há, pelo menos um século, entre pessoas dos dois lados da fronteira. Não só a formação de negócios e modo de trabalhar na fronteira se misturam, mas também seus habitantes. Esses casamentos

quase diários entre cidadãos das duas nações, formando uma família binacional, só fortalece e a dita integração a partir da base (BENTO, 2012). Logo, o que parece ser um paradoxo, segundo Bento, na verdade é uma das características constitutivas dessa formação social.

Com tamanha interação, é fato que, mesmo em estágio micro, no tocante à região, é criada inclusive pelos investimentos, e pela facilidade de se poder colocar jovens de diferentes nacionalidade estudando no lado oposto da fronteira, ou seja, brasileiro estudando no Uruguai e vice e versa. O entrelaçamento de negócios e costumes nota-se que mesmo nesse espaço micro se cria uma relação de interdependência econômica entre as próprias cidades. Chega a ser tratado de modo natural que se pague produtos comprados no Brasil com pesos uruguaios, ou pagar algo do lado riverense *'a reales'*. O comércio se moldou a essa intensa troca de moedas e ao câmbio fronteiriço. Chega a ser corriqueiro no final das compras ser perguntado com qual moeda irá pagar, ou se vai ser com cartão de crédito.

Tal região urbana compartilhada tem características diferentes das cidades situadas no miolo dos Estados Brasil e do Uruguai. Com certa dose de exagero, para fins didáticos, podemos afirmar que Santana do Livramento e Rivera constituem uma espécie de terceiro Estado, muito mais de fato do que de direito. (BENTO, 2012, p.22)

Com essa naturalidade na qual são vividas as experiências na fronteira, realmente faz pensar, o que de fato os faz tão unidos e tão separados a ponto de agir como se não houvesse barreiras, e de mesmo modo ainda respeitar a questão nacional, se existe de fato uma noção de se viver em um terceiro Estado como proposto por Bento, ou se existe um híbrido na forma da cultura de ser nacional, porém viver de modo binacional. Em nenhum momento é refutada a nacionalidade de nenhum dos indivíduos, pelo contrário, muitas vezes é feita a reafirmação de seu país de pertencimento. Porém de um modo no qual não fere a convivência ou se nega toda essa permeabilidade fronteiriça.

Os uruguaios, na fundação de Rivera, pediram em documentos oficiais para que se fizesse a cidade de modo legal para que a planta da nova cidade fosse feita continuamente com Sant'Ana do Livramento, para que se faça valer de fato o território na lógica do deputado Garcia Sierna (ALBORNOZ, 2000). Assim como as atividades econômicas atuais, desde seu nascimento os comerciantes migravam de um lado para o outro dependendo das taxas e impostos de cada lado da fronteira. Rivera fazia

o entreposto comercial de Montevideu com o norte do Estado, assim como os contrabandos que passavam por Livramento, sendo ambas as cidades pontes para as mercadorias.

Desde o princípio da história das duas cidades, a marca é o contrabando. As famílias eram fixadas nas terras e por lá trabalhavam, onde trabalhavam sazonalmente na lida do campo, e pelas condições, a população marginalizada se dedicava os assaltos em estâncias alheias e contrabando de gado entre as estâncias. E, como costumeiramente, no que se ouve falar até na atualidade, “se rouba de um lado da fronteira e se vende no outro”. Diz-se que, em média, a cada cinco anos ocorria alguma revolta em um dos lados da fronteira, porém, mais comumente do lado uruguaio e os gaúchos iam lutar, muitos sem saber o real porquê.

Essa população que convive lado a lado nas cidades gêmeas, de uma fronteira recortada, que durante toda a formação sofrera um “vai e vem” de onde termina um Estado e começa outro, deixa seus traços que, para uns podem ser chamados de trauma e, para outros de característica. A duplicidade de localização comercial e os canais de fornecimento de informações e cultura faz com que a identidade fronteiriça flutue entre a influência cultural de “*de cá ou de allá*” sendo, em um primeiro momento, a facilidade dos livros e jornais impressos vindos de Montevideu até Rivera, e séculos depois a televisão e rádios brasileiras “engolindo”, ou melhor, cobrindo e derramando, com suas ondas comunicacionais por toda a faixa da fronteira da “banda oriental”. Sobre isto, tece-se mais detalhes nas páginas que se seguem, priorizando o plano de observação escolhido para este trabalho: as Vilas Thomaz Albornoz e Masoller.

4 A REALIDADE DAS VILAS

O local constituído pelo plano de observação em estudo é, na verdade, dois povoados ocupando um mesmo espaço geográfico na fronteira entre Brasil e Uruguai, ou seja, o bairro chamado Vila Thomaz Albornoz, contido no município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, do lado brasileiro, e Masoller, contido na intendência de Rivera do lado Uruguaio. A localidade foi escolhida por ser um bom laboratório de estudos na questão em que se encontra um entrelaçamento teórico nas questões relacionadas à nacionalidade.

Desse modo, é importante que se ausculte no local sobre a existência de condições, nesse espaço micro, de existir um sentimento nacional forte a ponto de, mesmo “vizinhos” de casa, por estarem em Estados diferentes, exercerem esse nacionalismo como identificação. Além disso, observar e entender a dinâmica do consumo de mídia televisiva para a disseminação dos valores nacionais e a compreensão dos mesmos. Nesse caso, da mídia televisiva brasileira, que amarra o imaginário popular de uma cultura brasileira a ponto de manter as questões nacionais do lado brasileiro, e influenciar os uruguaios.

O ponto principal é que são duas vilas vizinhas, quase conurbadas e ambas longínquas de seus centros urbanos mais próximos, por volta de 70 quilômetros. O território, em questão, é contestado pois advém de aquisição histórica, porém, mesmo não sendo produtor de grande dividendos econômicos, o Brasil ainda o considera como parte de seu território oficial. O que se apurou sobre a inexistência de possível litígio fronteiro neste local, até a presente data, foi a existência de documentos que poderiam esclarecer, por exemplo, a narrativa de Krukoski sobre a carta do Barão de Caçapava:

Acompanhando pois os documentos deixados pelo Barão, verificamos que nesta parte da fronteira não houve discussão sobre o estabelecimento da linha de limite. O que não ocorreu em diversos outros trechos, onde foram grandes as discussões sobre a escolha da linha a ser demarcada - como na região do Chui (sul da Lagoa Mirim), na canhada dos Burros (a leste de Aceguá), na escolha dos galhos do São Luiz e principalmente no estabelecimento das duas retas que deveriam ser traçadas nesta região (do Aceguá e do São Luiz) (KRUKOSKI, 2012.).

Com uma fronteira recortada e com reentrâncias, sem grandes obstáculos naturais para separar os Estados tais como, cordilheiras, grandes rios, depressão significativa, ou seja, nada que represente um grande obstáculo, fica difícil imaginar a

nitidez dos limites territoriais, até que se tenha os pontos materiais e que representam as linhas divisórias representados por marcos. Estes marcos são grandes objetos sólidos que demarcam as linhas imaginárias então feitas a critério de Lei e dos tratados de limites.

A seguir, a sessão tratará do histórico da Vila Albornoz e de suas delimitações ao longo da história e posteriormente será apresentada a pesquisa de campo com o desenvolvimento deste mesmo estudo da região e suas características.

4.1 Histórico da Vila Albornoz

Em princípio, para se falar da questão do histórico territorial, segundo o Coronel Wilson R.M. Krukoski, da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, diz que para essa questão territorial existe um processo de precedentes histórico-geográficos, delimitação, demarcação e sua caracterização, ou seja, é necessário um recuo histórico e o desenrolar da delimitação, legal e de fato para a ocupação definitiva de um território, este em específico com o Uruguai. Krukoski ainda afirma que:

No caso da fronteira do Brasil com o Uruguai, devemos levar em conta nos "Precedentes Históricos", a própria origem do Uruguai, país que na sua origem sofreu grande influência portuguesa, desde a fundação no século XVII, quase que simultânea, da Colônia de Sacramento (*uma ocupação portuguesa que durou mais de um século*) e de Montevideú. O Brasil-Colônia teve sempre forte influência nos assuntos Orientais. Assim, quando da Independência do Brasil, a Província de Montevideú ou Cisplatina estava incorporada ao Brasil, só vindo a se constituir como nação independente pelo Convênio Preliminar de Paz de 1828 (*que não especificou por onde deveriam correr os limites - dependentes "do que se ajustasse em tratado definitivo"*). Pela Convenção de 1819 - pouco antes da incorporação (*em 1821*) -, o limite noroeste desta província com o Rio Grande de São Pedro era definido pelo rio Arapey (*ao sul do limite atual*) (KRUKOSKI, 2012)

Dessa maneira então, as primeiras delimitações de território marcam pouco depois do surgimento da República Oriental do Uruguai, logo após a Guerra do Prata de 1851, porém, como dito anteriormente, os conflitos internos de um dos lados da fronteira afetavam o outro lado, nem sempre a linha divisória era respeitada. Com os arranjos entre os estancieiros militares com os donos de terra do Uruguai, com as invasões, os rearranjos entre vizinhos, desconsiderando o real peso de delimitação internacional, houve a necessidade de se fazer por meios da política oficial a demarcação oficial das terras. A propósito, se faz valer a soberania nacional nesse caso. O que se teve de fato foi um longo período de quietude.

Logo nos anos de 1855, do lado brasileiro, já estava habitado, onde hoje é Santana do Livramento, assim como fora dito no capítulo da história da região, onde começaram, segundo Krukoski, os trabalhos de demarcação logo no mesmo ano, e a tentativa de uma troca de territórios com os uruguaios. O território em questão seria o de onde hoje a área frontal de Livramento em troca por outra territorialidade localizada ao extremo oeste da coxilha de Haedo, região do Rincão de Artigas. Porém essa permuta nunca ocorrera de forma oficial, pelo contrário, fora rejeitada pelo governo uruaio. Uma das reações do governo uruaio, pela desconfiança para com os brasileiros, foi de um esforço para se criar o vilarejo de Zeballos, e logo acompanhar o ritmo de desenvolvimento de Livramento fundando então a cidade de Rivera em 1861.

Ainda segundo o autor supracitado, a Batalha de Masoller em 1904 constitui um marco para a cultura uruaia, uma de suas importantes batalhas nacionais no início do século XX, envolvendo a figura icônica de Aparício Saravia, um famoso caudilho. Assim, se faz importante entender a questão da territorialidade e da importância deste acontecimento.

Vamos aqui recordar um acontecimento, não diretamente relacionado com nosso tema, mas oportuno para indicar o entendimento então existente na região. Trata-se da Batalha de Masoller, no início do século XX. No Uruguai ocorria uma das freqüentes revoltas. De um lado as forças do governo central ("*colorado*"), do outro, os revoltosos "*blancos*", liderados por Aparício Saraiva (*esse caudilho, como diversos fronteirços da época, já havia acompanhado seu irmão, Gumercindo Saraiva, em incursão pelo Brasil, seguindo a Revolução Federalista de 1894*).

Após uma batalha na região de Masoller, Aparicio foi ferido e refugiou-se no Brasil, numa estância da mãe do então Coronel João Francisco (*conhecido como a "hiena do Catí"*). Na "Fazenda do Rincão", situada na área que foi objeto do Tratado de Permuta, e que hoje é questionada pelo Uruguai, o grande caudilho "*blanco*" veio a falecer e aí foi enterrado. Muitos anos depois, em 1921, seus restos mortais foram trasladados para o Uruguai, em uma grande solenidade cívica. Até então não havia o problema, criado em 1934. (KRUKOSKI, op. Cit)

Em uma remarcação, durante o ano de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil, se reposicionou o marco 49-I (BRUM, 2013). Este erro demarcatório foi cometido por engano. Ao invés de seguir o rio Quaraí, como combinado oficialmente, foi colocado o marco em um braço d'água, em frente à Masoller, território uruaio.

O Rincão de Artigas, nome dado à região contestada, pertenceu ao Uruguai até 1851. À época, a fronteira com os brasileiros era delimitada pelo rio Ibicuí, na atual cidade de Rosário do Sul. Naquele ano foi feita uma nova demarcação entre uruguaios e brasileiros, que teve o rio Quaraí como referência. Foi só em 1934 que, durante a restauração dos marcos fronteirizos, os orientais reclamaram que os brasileiros haviam confundido o arroio Moirões, mais ao norte, com o arroio Maneco, ao sul. O governo brasileiro fez pouco caso da reclamação, mas, desde aquela data, existe uma pendência sobre a área. (MASCARENHAS, 2014)

Este fato fez com que o militar uruguaio Cel. Vila Sere, responsável pela parte de seu governo de verificar os registros para a reposição da demarcação oficial aproveitasse, do aparente erro para contestar a posição de tal marco, colocado originalmente ainda no século XIX. Ao pesquisar as fontes para a base de pesquisa geográfica, uma incongruência de posições, pois além das fontes civis e militares não baterem nas posições exatas, ainda existia a questão de uma nomenclatura diferenciada entre brasileiros e uruguaios, causando então um ruído na comunicação e entendimento da posição real e legítima da demarcação oficial.

O militar uruguaio "descobriu" que os demarcadores do Tratado teriam se enganado ao escolher o arroio Invernada, assinalado nas cartas e citado no tratado, colocando erradamente o 49º marco. O arroio Invernada seria, para ele, um arroio que os brasileiros chamam Moirões, um braço do arroio dos Trilhos (*entre os marcos Intercalados 46º e 47º*). O arroio escolhido pelos demarcadores teria sido o arroio Maneco. Esta "descoberta" foi encampada por um geógrafo uruguaio (*Elzear S. Giuffra*), que realizou uma série de conferências levantando o problema. Estranhava, o ilustre geógrafo, que a linha de fronteira, seguindo um alinhamento geral de sudeste para noroeste, infletia bruscamente para o sul. Nesta época ocorreriam também, divergências entre autoridades civis e militares do Uruguai, sobre a preponderância e chefia, na condução dos trabalhos demarcatórios, por parte da delegação uruguaia, no âmbito da Comissão Mista (Krukoski, op. Cit)

Este erro de remarcação deu ao Brasil cerca de 22 mil hectares a mais de território. Nunca houve um conflito de fato pelas terras, apenas a contestação do governo Uruguaio, não surtindo o efeito esperado de imediato. Passado o tempo, apenas durante o período de regime militar, em 1980, o governo Uruguaio, de forma oficial, contestou novamente a demarcação brasileira. Em resposta a esse pedido de revisão da demarcação de terras, o então presidente do Brasil João Figueiredo, último presidente do regime militar, aceitou a doação de uma porção de terras do estancieiro santanense Thomaz Albornoz, para o governo sendo assim possível e construção e ocupação de modo oficial, uma vila. A vila é batizada com o nome do estancieiro onde foi montada uma escola, uma caixa-d'água com o nome da vila, Thomaz Albornoz, foi

também colocada iluminação pública e um centro comunitário, como forma de ocupação de fato do território.

Em 1984, a extensão litigiosa foi reclamada novamente pelo governo uruguaio. Em consequência, Figueiredo criou a vila Albornoz – uma espécie de demarcação de território. Até então, só existiam fazendas do lado brasileiro. “Da noite para o dia, vieram helicópteros militares e construíram uma caixa d’água, um centro comunitário e uma escola”, dizem os moradores mais antigos do sul da fronteira. (MASCARENHAS, 2014)

Abaixo as caixas d’água descritas na vila, a mais antiga a direita instalada em 1984 pelo exército brasileiro para a criação da vila, e mais nova a esquerda instalada mais recentemente pelo Departamento de Água e Esgoto.

Figura 1 – Caixa d’água Albornoz



FONTE: Ícaro Donatoni Pinheiro

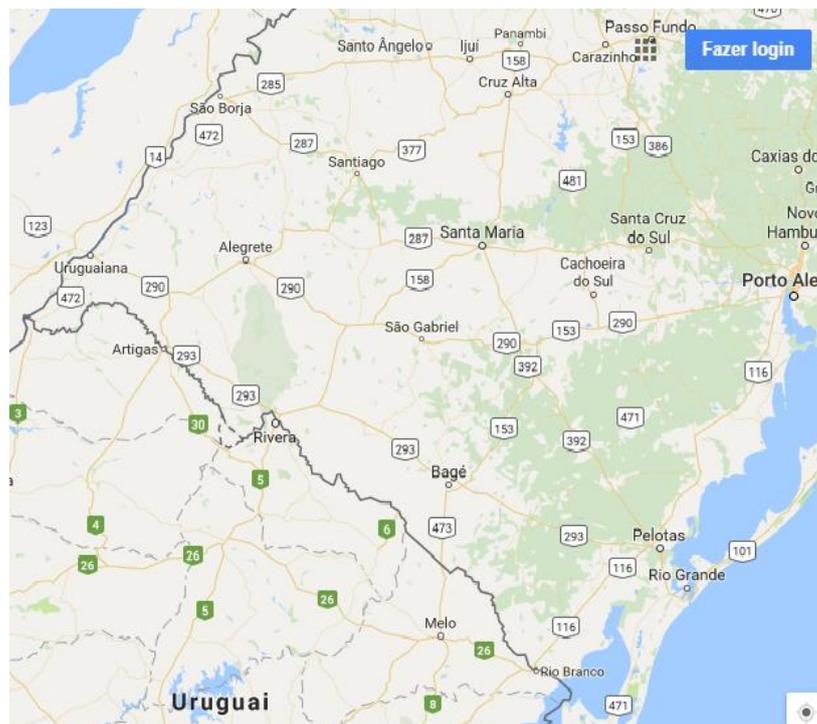
A solução brasileira foi então fazer valer seu largo histórico de conquista territorial pela ocupação efetiva de território, vista antes, desde o tempo da colônia, com o uso do antigo *uti possidetis*, porém, nesta ocasião em questões até de defesa nacional, ou seja, não seria tolerada a perda territorial. Novamente, passados 4 anos

da instalação da Vila Albornoz, o Uruguai reenvia uma mensagem a respeito do Marco 49-I e a territorialidade ao Brasil. O Itamaraty responde afirmando que a decisão do governo é oficial e permanente sobre o marco e o território representado. Segundo Krukoski, a decisão oficial e final brasileira é irredutível, e que os antigos tratados devem ser respeitados conforme o aceite dos tratados já discutidos anteriormente, como os tratados de 1821, que traça o limite noroeste definido pelo rio Arapey, e de 1851 e 1909, que dão os limites ao longo da Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão.

Conforme vimos, esta pretensão uruguaia é de impossível aceitação por parte do Brasil, não só pelo inconveniente do precedente diplomático de fronteira, totalmente descabido, como pela certeza de razão na argumentação apresentada. E as autoridades mais ponderadas uruguaias sabem disto. (KRUKOSKI, *op. cit.*)

Essa questão, que parece ter sido resolvida, ainda causa desconforto de certa forma aparente, mesmo não haver o risco de conflito ou de um sério conflito de retórica territorial por vias diplomáticas mais incisivas, ainda causa debate. Por exemplo, em mapas oficiais uruguaiois, inclusive no Google, se tem uma linha pontilhada onde é indicado o contestado.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul



FONTE: GOOGLE MAPS

Ou seja, em questões gerais, é uma área brasileira, porém, contestada. Como já registrado, sobre a flexibilidade fronteiriça até a colocação oficial dos marcos que separam os dois Estados, do lado brasileiro existem túmulos escritos em português, e espanhol, porém um dos mais antigos, sendo de uma mulher que viveu em 1849-1879, na qual está escrito totalmente em português, e está do lado da Vila Thomaz Albornoz, como segue (Figura 3).

Figura 3 – Túmulo



FONTE: Ícaro Donatoni Pinheiro

A partir da foto, se observa um túmulo do século XIX, onde há de forma oficial a habitação de brasileiros no território, antes mesmo, se observa por exemplo que a mulher enterrada em questão nascera antes mesmo do tratado de 1852, escrito em português, língua oficial do Estado brasileiro durante todo seu período de existência. A conclusão que se pode ter é de que a utilização da terra por brasileiros é efetiva desde a ocupação, até a atualidade, e o Estado Brasileiro de forma oficial não abre

mão de porção de terra qualquer que esteja sob seu domínio por questões básicas de soberania nacional e territorialidade. Em geral a convivência entre as duas vilas é pacífica e simbiótica, criando inclusive uma interdependência entre os serviços e comércios de ambos, sendo a discussão da posse territorial ser da alçada oficial de cada Estado de forma diplomática não afetando o convívio entre os cidadãos de ambas as nações nem causando acirramento na competição inexistente pela sociedade. Conclui-se que territorialmente, são problemas apenas na questão oficial da posse dessa porção de terra, jogo diplomático que passa longe do convívio de seus nacionais.

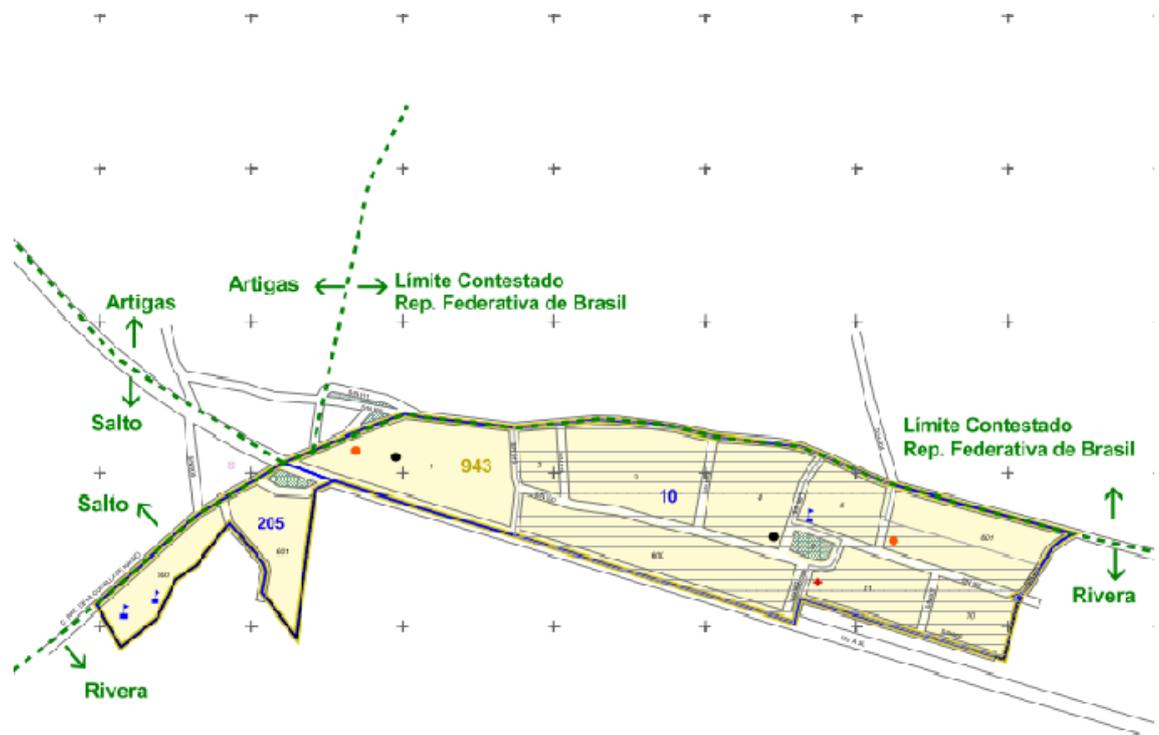
4.2 Realidade: Pesquisa de campo nas Vilas Vizinhas em Países Distintos

A pesquisa foi feita *in loco*, ou seja, uma pesquisa de campo participante, por modo de visita ao local no dia 29 de abril e dia 28 de outubro de 2017, contando com entrevistas de moradores e trabalhadores da região, escolhidos de forma aleatória. Com a oportunidade de visita e maior contato com as perspectivas reais, o desenrolar do estudo se deu de modo prático e vivenciado, pode-se por exemplo observar de fato as vias de acesso, a infraestrutura das vilas, o modo de vida dos habitantes e pelo meio de entrevistas, pôde-se fazer uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a questão da mídia, havendo levantamento estatístico do consumo midiático, e na oportunidade de conversar com moradores, professoras, comerciantes e trabalhadores da região para se ter uma noção maior da vida na região. Deste modo aplicando uma entrevista de roteiro semi estruturado. O total populacional da região são 260 uruguaios, oficialmente e 150 brasileiros, foram entrevistados um total de 65 pessoas, sendo essas 50 uruguaios e 15 brasileiros, o número inferior de brasileiros se deve à resistência na participação da entrevista por desconfiança e o sentimento de abandono do Estado. As entrevistas foram transcritas contendo o nome completo e as respostas de cada participante, havendo as respostas e opiniões dos mesmos.

Para fazer o acesso às vilas, foi feita uma viagem saindo do centro de Santana do Livramento – RS no Brasil, chegando em Masoller, pertencente ao Departamento de Rivera no Uruguai. Para acessar a vila se fez necessário usar as estradas uruguaias, entrando de início pela Ruta 5, a rodovia que leva a Montevideu, capital do país, mas logo mudando de direção, adentrando à Ruta 30, esta que parte é asfaltada, parte pedregosa e outra parte ainda de terra batida. Seguiu-se caminho até chegar ao

destino, uma viagem de cerca de duas horas, não havendo grandes dificuldades em boa parte da rodovia (Ruta30). O que se pôde notar é que ao se aproximar do local desejado para a pesquisa, tem uma grande elevação comparada com o resto do caminho, ou seja, as vilas estão em uma área mais elevada que as cidades a qual pertencem o que, de modo mais estratégico, se pode obter vantagens. Uma observação relevante é que, apesar do lado brasileiro estar compreendido por um único município, o de Santana do Livramento, o lado uruguaio está situado em Rivera, porém no ponto exato de intersecção com outros dois Departamentos: Artigas e Salto, sendo um ponto geoestratégico.

Figura 4 – Mapa de Massoller



Fonte: Instituto Nacional de Estadística – UY

A escolha pelo acesso uruguaio foi pela simples praticidade, visto que o acesso brasileiro através da BR-293 não seria nada fácil por carros de passeio comuns, sendo necessário um veículo de tração nas 4 rodas, ou algo mais preparado para terrenos adversos, visto que é um terreno mais acidentado. Ao chegar nas duas vilas e caminhar pelas ruas de Masoller, mais especificamente todas as 12 ruas, mais a rodovia (Ruta 30), pôde-se notar que havia de fato maior presença estatal, em comparação com sua vizinha, Tomaz Albornoz. O Estado se faz presente do lado

uruguaio na forma de uma policlínica, duas escolas, uma de ensino infantil, e um *liceu*, colégio, um posto policial, serviço de recolhimento de lixo, pontos de ônibus, porém, sem comércio aparente.

A policlínica uruguaia, único posto de saúde do local, é de responsabilidade do enfermeiro Yony Ferreira. Yony fala, em entrevista à revista Piauí, sobre as dificuldades sofridas na região e questões legais, pois, sendo o único profissional de saúde do local, atende desde pequenas casas de saúde e acidente, como assiste partos, onde consiste o problema legal.

Segundo Yony,

Oficialmente, não posso cuidar dos brasileiros”, disse em sua sala na policlínica do povoado uruguaio, uma casa baixa de paredes caiadas, como quase todas das redondezas. “Mas se eu digo não a alguém, não nego ajuda a um estrangeiro: estou negando atendimento a um vizinho.” Então Ferreira atravessa o Caminho Internacional com o paciente, levando o caso para a jurisdição uruguaia. Com um telefonema, ele faz a ambulância vir com as sirenes ligadas desde Tranqueras, a cidade mais próxima, a uns 32 quilômetros. (BRUM, 2013).

Tal fato pode explicar a maior quantidade de habitantes de nacionalidade uruguaia, dado o nascimento com a ajuda do serviço público uruguaio e maior aparelhamento burocrático no local.

No lado brasileiro, nota-se as duas caixas d’água no centro do vilarejo, uma do período fundacional da cidade e outra colocada mais recentemente, uma escola a qual é responsável pela educação infantil, anos iniciais e anos finais em uma única sala, classe multisseriada. Ainda junto da escola Bento Gonçalves, é notório a inscrição: “Exército Brasileiro – Braço Forte e Mão Amiga”.

O maior contato dos benefícios que o Estado brasileiro traz são a Escola, na qual teve o início do ano letivo em junho, pela falta de condições e professores, que só fora possível graças a uma reforma da escola tocada pelo Exército Brasileiro pouco tempo antes do início das aulas, e o aceite de duas professoras Paulina Almeida e Luana Silva, professoras que concederam uma entrevista para este estudo.

As professoras afirmam que o auxílio do município tanto para a vila quanto para a escola são muito deficitários e que a atitude de lecionar em tal local veio de uma “inspiração social”, visto toda a dificuldade que é encontrada até a escola de fato. O acesso como já fora dito é complicado, fazendo com que as professoras deem aula por 15 dias na escola, e habitem o mesmo prédio, para depois desses 15 dias voltarem para a cidade e dessa maneira vão tentando atingir os 200 dias letivos necessários

para completar o ano letivo. Fora isso a escola é carente de recursos e a falta de perspectiva dos então 19 alunos totais (contando todas as séries da inicial à final) é ressaltada pelas profissionais, não havendo possibilidade de marcar passeios fora da vila ou oportunidades para os alunos seguirem os estudos ou fazerem outros cursos.

Além disso, as mesmas ainda comentaram a falta de segurança na vila, visto que não existe força policial de qualquer instância brasileira, seja uma guarda municipal, polícia militar ou civil, fazendo com que haja preocupação com a segurança da própria escola, e delas mesmas. Em termos de segurança civil, o que existe é apenas um pequeno posto policial do lado de Masoller, porém, legalmente os policiais uruguaios não podem atuar no Brasil, apesar de fazerem uma ronda de forma solidária para dar uma maior sensação de estabilidade e vigilância no local.

Ademais, pela questão de a principal mantenedora da escola ser a Secretaria de Educação do Município, a qual não dá a assistência necessária, foi preciso que as professoras organizassem um evento no local para arrecadação de dinheiro, a fim de ser comprada e instalada uma porta mais resistente, substituindo a antiga de alumínio, já antiga e frágil.

Lembram também, as referidas professoras, da falta que se tem de uma presença mais efetiva de algum órgão de saúde que, apesar da visita do Exército Brasileiro ser de qualidade nesse quesito, é feita apenas uma vez ao ano. Dessa forma faz com que os moradores se sintam muitas vezes excluídos pelo sistema público, o que os faz criar uma certa resistência para se comunicarem com servidores públicos. Este fato foi percebido ao longo da pesquisa de campo, onde realmente os brasileiros muitas vezes acabavam por se negar a dar entrevista, ao identificar que estava sendo feito através de um trabalho acadêmico na Universidade Federal do Pampa. Ao se associar a universidade como uma instituição pública brasileira, havia então uma resistência à cooperação, pelo fato do sentimento de exclusão.

O Estado se faz presente através da manutenção oferecida pelo Exército Brasileiro que, em suas visitas anuais, além da manutenção do patrimônio público, como a reforma no colégio, ruas, mato, etc, ainda levam médicos, dentistas, internet, entre outras coisas. O que mantém uma explícita manutenção por vias oficiais militares, em questões formais de poder e pertencimento do território, também é vista como cidadania. O que teoricamente deixaria qualquer região de fronteira em clima de tensão e conflito, é vista de maneira bem positiva em ambas as vilas. O Sr. Julio Fontes, 53 anos, uruaio, que trabalha como mecânico e instalador de antenas

parabólicas, vê com bons olhos a presença do Exército Brasileiro na região, pois, quando há visitas, toda a população de ambos os lados se beneficia com os serviços de saúde e informação dos militares.

A grande contraposição é que o comércio encontrado na região é localizado em sua totalidade do lado brasileiro. Apesar da maior presença estatal uruguaia, é no lado brasileiro que se tem o abastecimento das famílias que ali habitam. O único posto de combustíveis, no qual as funcionárias são uruguaias, fica do lado brasileiro, assim como a venda de gás de cozinha, loja de ferramentas e os quatro mercados/armazéns ficam do lado brasileiro, ou seja, desde alimentação, vestuário, produtos de higiene, bebidas recreativas, etc, ficam do lado brasileiro, mostrando-se assim um caráter mais comercial.

É importante ressaltar que, por lei, ao se adentrar em um país com mercadoria importada, como parece ocorrer na vida diária das vilas aqui consideradas, deve-se declarar a mercadoria que leva, como é esclarecido na lei brasileira (art. 84, inciso IV, da Constituição, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009). Ou seja, todo e qualquer produto de origem exterior se faz necessária a importação dos produtos e sua nacionalização perante ao pagamento de taxas. Essa questão burocrática se reflete no uso correto da utilização rodoviária no sentido que, para se levar produtos de origem brasileira, é correto que se faça o uso das estradas brasileiras para a região, ainda que isso leve cinco horas para completar o trajeto, segundo os comerciantes locais.

Apesar da maior dificuldade de transporte de mercadorias pelo lado brasileiro, os preços inferiores compensam que se compre os produtos no Brasil, segundo estes mesmos comerciantes. Fazendo com que a presença comercial nas vilas seja quase de exclusividade brasileira, mostrando a predominância econômica sobre seu vizinho, o Uruguai.

Essa lógica se faz curiosa ao se perceber que as vilas tem uma vivência quase simbiótica no tocante às suas necessidades. Essa declaração se torna real ao perceber a interdependência da população de ambas as vilas, que vivem como se não houvesse uma separação real, onde basicamente os brasileiros usam os serviços estatais uruguaios. Como representado por Oscar Diaz Guedes, 70 anos, um senhor brasileiro que reside em Masoller, diz não saber a língua espanhola, se casou com uma mulher uruguaia, teve filhas nascidas brasileiras, mas necessita do constante

atendimento médico uruguaio, o que o fez buscar a dupla nacionalidade, porém ainda afirma sua identidade como brasileiro.

O contraponto são as queixas de uruguaio locais que afirmam que no Brasil se vive melhor por razão do custo de vida mais baixo, onde se pode consumir mais e melhor. Desta forma, assinala a senhora Braudelina Ribeiro, uruguaia, 55 anos: “nós vivemos do Brasil, sem o Brasil morremos de fome!”, relatando tanto a dependência uruguaia de produtos brasileiros, assim como a questão de abastecimento da própria vila.

Observa-se neste contexto que ambos os países, apesar de ocuparem de certa forma a mesma região, portam-se de maneiras diferentes. Pela questão territorial, se pôde observar que o Uruguai, possivelmente por ser um Estado de menor territorialidade, se faz presente com maior eficiência, fazendo assim transparecer a importância que mesmo pequenas porções de terra como o território disputado de Masoller, são importantíssimas para si. Já o Brasil, em busca de oportunidades, por ser um território de maior altitude na região e ponto de partida de mais fácil acesso para outras regiões do Uruguai de maior projeção econômica, se faz presente de forma reduzida, apenas na educação precária e nas anuais visitas do exército. Ainda assim, através dos esforços empreendedores da população se faz presente de maneira fortemente econômica, fazendo dessa forma transparecer que é uma porção de terra realmente pequena e pouco lembrada pelo gigante Estado brasileiro, porém, pela característica da própria construção da identidade dos brasileiros que formaram o país ao longo dos seus ciclos econômicos (Pau-brasil, cana-de açúcar, ouro, café, etc.) procuram oportunidades em todos os cantos. Ou seja, enquanto o Uruguai segue uma lógica estatal para a ocupação do território, o Brasil, por ter um espaço territorial imenso e uma economia mais pujante, através de sua própria população ocupa o local da forma que lhe é mais conveniente: de forma econômica, comercial.

Esse é o reflexo da própria formação cultural brasileira, que traz consigo uma lógica econômica desde a formação do Estado brasileiro, ou seja, desde o período colonial, como defende Lucia Lippi Oliveira em:

A colônia era vista como lugar onde o português vinha para enriquecer e voltar para a metrópole. Mas muitos enriqueciam e ficavam, e a metrópole passou a ser local onde os filhos dos bem-sucedidos iam estudar – principalmente a Universidade de Coimbra -, sendo muitos deles sendo incorporados para a burocracia do império português. Um exemplo importante desse processo de incorporação dos “brasileiros”, ou seja

portugueses nascidos na colônia é José Bonifácio, que vem a ser o” Patriarca da Independência (OLIVEIRA, 2008).

De forma geral, as duas vilas se complementam em questão de serviços públicos e comércio e de maneira em que não haja conflitos entre nenhuma das populações, as quais por sinal vivem e convivem de maneira harmoniosa. Outra coisa que se pode notar é que existem pessoas de ambas as nacionalidades vivendo dos dois lados da vila, não havendo sequer desentendimento ou uma separação de qualquer relevância. O convívio é de forma geral tranquilo e permeável em relação à circulação, laços de amizade e afetivos entre os dois povos, como explícito na fala de diversos entrevistados que afirmaram permanecer morando nas vilas pela tranquilidade que a mesma oferece.

A despeito da maioria dos habitantes serem de nacionalidade uruguaia o que se pôde notar de forma evidente é a questão da língua, onde se ouvia claramente uma maior intensidade do português, sendo que dos 50 uruguaiois entrevistados 94%, ou seja apenas três pessoas disseram não falar ou entender português, ao passo que dos brasileiros, raros os que diziam falar a língua espanhola. Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE, órgão uruguaio) em seu último censo de 2011, vivem 260 uruguaiois em Masoller e, segundo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 2008, são 150 habitantes em Thomaz Albornoz. De modo geral é possível comunicar-se com os habitantes na língua portuguesa, fato interessante, no qual se faz importante como questão cultural e identitária do presente estudo.

Como já fora dito, se trata de um território de difícil acesso, assim como desde a formação e ocupação desse território foi difícil a comunicação ativa, porém que se tornou mais efetiva com a popularização das ondas de televisão. Ao conversar com os habitantes se tem noção que, durante muito tempo, a única fonte de informação e conteúdo que se chegava nas vilas era, e ainda hoje se faz a mais forte, a televisão, majoritariamente brasileira.

Antigamente, com as antenas “espinha de peixe” só se conseguia sintonizar a Rede Globo de Televisão, segundo os moradores mais antigos de ambas as vilas, e conforme a chegada das predominantes parabólicas, hoje em dia se tem acesso ao SBT, Rede TV, Record, Bandeirantes, ainda assim, as emissoras favoritas seguem sendo a Globo e SBT.

Dessa maneira, se retoma a hipótese, que a Televisão se faz como promotor da cultura brasileira nessa região sendo a mesma um grande mecanismo de *soft*

power ao passo que ao apresentar o Brasil em sua forma mais midiática, se retoma e reforça todo o imaginário cultural brasileiro, ensinando não só o básico que se espera em suas obras de consumo popular, como novelas, séries, culinária, ainda embute diversos valores, a geografia brasileira, seu lado turístico, histórico e os movimentos políticos que circulam na mídia.

Como descrito por Joseph Nye em suas obras citadas *Soft power* (1990) e *O Futuro do Poder* (2012), “o poder de influência se faz realmente eficaz quando veiculado de forma inteligente”. Agindo por meio das novelas e séries da Rede Globo de televisão, são promovidas as cargas culturais brasileiras como novelas que representam variadas épocas da história brasileira. Deste modo são incutidos na população os valores sociais, a música, e todo imaginário da cultura e identidade brasileira através da televisão, principalmente das novelas. Segundo Simone Martins (2008), a televisão, em específico a Rede Globo, transmite um padrão cultural de uma sociedade imaginada, construindo assim por meio de retomar e recriar por aspectos históricos e culturais uma identidade a ser transmitida nessa sociedade que elege como a sociedade brasileira

Criada há menos de um século, a TV rapidamente transformou-se no principal veículo de difusão de informações e entretenimento do mundo, consolidando-se dentro das casas, criando hábitos de consumo e formando padrões a serem seguidos. A televisão promove a integração nacional e valoriza a cultura do país. Mas analisar atualmente a TV só é possível a partir de uma reflexão do meio através das identidades. (MARTINS, 2008)

Traz-se assim, então, uma ênfase à origem comum que liga aspectos emocionais dos telespectadores a essa história comum brasileira, aliando essa cultura formatada pela mídia aos traços da cultura formada anteriormente. Das representações se faz transparecer uma cultura nacional, novamente remetendo à Stuart Hall (2015). Segundo este, existe essa cultura anterior construída por meio das relações sociais e reforçada ao formato cabível na mídia. Assim se influi através da mídia televisiva essa forma de identificação.

Essas novelas, normalmente exibidas em horário nobre e de larga difusão, resgatam e criam o imaginário popular dessa origem, sobre a sociedade e grandes feitos históricos. Não faltam exemplos como os de Kelly Alvarez, uruguaia de 16 anos que, além de ver o Brasil de forma positiva, afirma que mudaria para o país e que gostaria de conhecer outros estados brasileiros, e todas aquelas coisas lindas que vê na televisão.

A televisão, portanto, utiliza a imagem veiculada por ela para criar sua identidade e faz com que, através dela, as pessoas se identifiquem com o que é transmitido e retornem em audiência. E a imagem é o ponto que identifica, que caracteriza o processo de identificação. (MARTINS, 2008)

Para que se pudesse colocar a hipótese sob teste, todos os contatos que se fez para as entrevistas, através dos questionários, as conversas informais e entrevistas mais direcionadas foram feitas em português. A propósito, qualquer tipo de comunicação foi efetuada apenas em português. Impressionantemente não houve dificuldade de entendimento entre entrevistados e entrevistadores, com poucas exceções, mais especificamente três dos cinquenta entrevistados uruguaios que afirmaram não falar português e apresentaram certa dificuldade na compreensão da entrevista nesta língua.

Um dos exemplos que se destacaram ao final da entrevista por meio de questionário, foi a resposta de Macarena Pereira, 30 anos, que dizia assistir sempre à programação brasileira, e que nos programas de perguntas e respostas, como do Luciano Huck e do Silvio Santos, tinha mais conhecimento histórico e geográfico do Brasil do que os próprios brasileiros, afirmava saber os nomes das capitais dos Estados dentre tantas outras coisas que os brasileiros costumavam errar sobre o próprio país.

Além de todo esse aspecto cultural, tanto Macarena, quanto outros uruguaios que admiram muito o Brasil, por meio da mídia, ainda se preocupam com a questão da violência nas grandes cidades e da precariedade do sistema de saúde brasileiro que veem na televisão, opiniões, por exemplo, de Valéria Cardoso, 35 anos, que em suas palavras “a realidade de hoje é triste”, se indigna ao se referir sobre os problemas de corrupção no Brasil. O que faz levar a crer que a televisão traz muito mais do que entretenimento, mas também toda uma influência que traz a reboque uma imensa carga cultural, influência política e formadora de opinião.

Como por se pode ver através dos número que a estatística dessa pesquisa traduz de forma mais clara e direta na influência que a televisão por si só traz consigo quando no tocante ao aprendizado da língua e a visão positiva do Brasil, como se mostra nas tabelas abaixo, elaboradas através de entrevistas e aplicação de questionário anexado:

Idade	Total	Porcentagem
Até 10 anos	2	4%
De 11 a 20	10	20%
De 21 a 30	8	16%
De 31 a 40	10	20%
De 41 a 50	8	16%
De 51 a 60	6	12%
Mais de 60	6	12%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

	Total	Porcentagem
Sim	47	94%
Não	3	6%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

Mídia	Total	Porcentagem
Televisão	44	88%
Internet	18	36%
Rádio	10	20%
Mídia impressa	1	2%
Total	50	

Fonte: Elaboração própria

Origem	Total	Porcentagem
Brasileira	41	84%
Uruguiaia	26	53%
Ambas	18	37%
Total	49 ²	100%

Fonte: Elaboração própria

	Total	Porcentagem
Sim	41	82%
Não	8	16%
Não soube opinar	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

² Um dos entrevistados afirmou não acessar mídia alguma

Frequência	Total	Porcentagem
Não assiste	9	18%
Raramente	1	2%
Algumas vezes	9	18%
Todos os dias	31	62%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

Assistia	Total	Porcentagem
Sim	30	60%
Não	20	40%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

Opinião	Total	Porcentagem
Positiva	36	72%
Intermediária	3	6%
Negativa	2	4%
Indiferente/ não soube opinar	9	18%
Total	50	100%

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos brasileiros, a presença midiática através da televisão também se confirma fortemente, atuando como fornecedor da ideia de identidade cultural sem ser o suficiente para conter as críticas ao país, em grande parte relacionadas à falta de assistência e à corrupção, esta última informada através dos telejornais brasileiros. As tabelas a seguir demonstram em dados estatísticos os fatos abordados anteriormente.

Idade	Total	Porcentagem
Até 10 anos	0	0%
De 11 a 20	1	7%
De 21 a 30	1	7%
De 31 a 40	5	33%
De 41 a 50	1	7%
De 51 a 60	3	20%
Mais de 60	4	27%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

Mídia	Total	Porcentagem
Televisão	11	73%
Internet	6	40%
Rádio	6	40%
Mídia impressa	1	7%
Total	15	

Fonte: Elaboração própria

Origem	Total	Porcentagem
Brasileira	14	100%
Uruguaia	4	29%
Ambas	4	29%
Total	14 ³	100%

Fonte: Elaboração própria

Frequência	Total	Porcentagem
Não assiste	3	20%
Raramente	2	13%
Algumas vezes	1	7%
Todos os dias	9	60%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

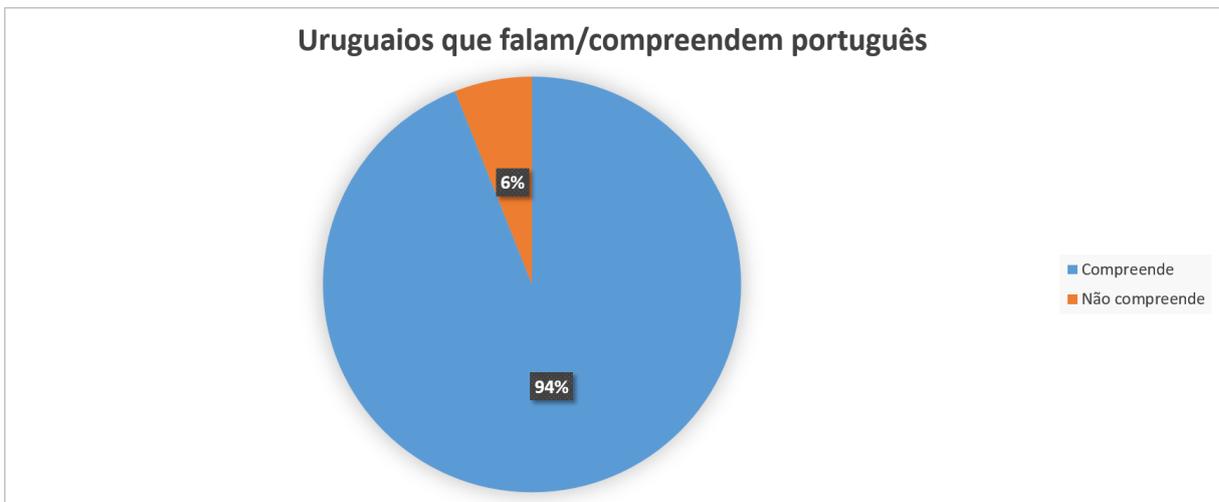
Assistia	Total	Porcentagem
Sim	10	67%
Não	5	33%
Total	15	100%

³ Um dos entrevistados afirmou não acessar mídia alguma

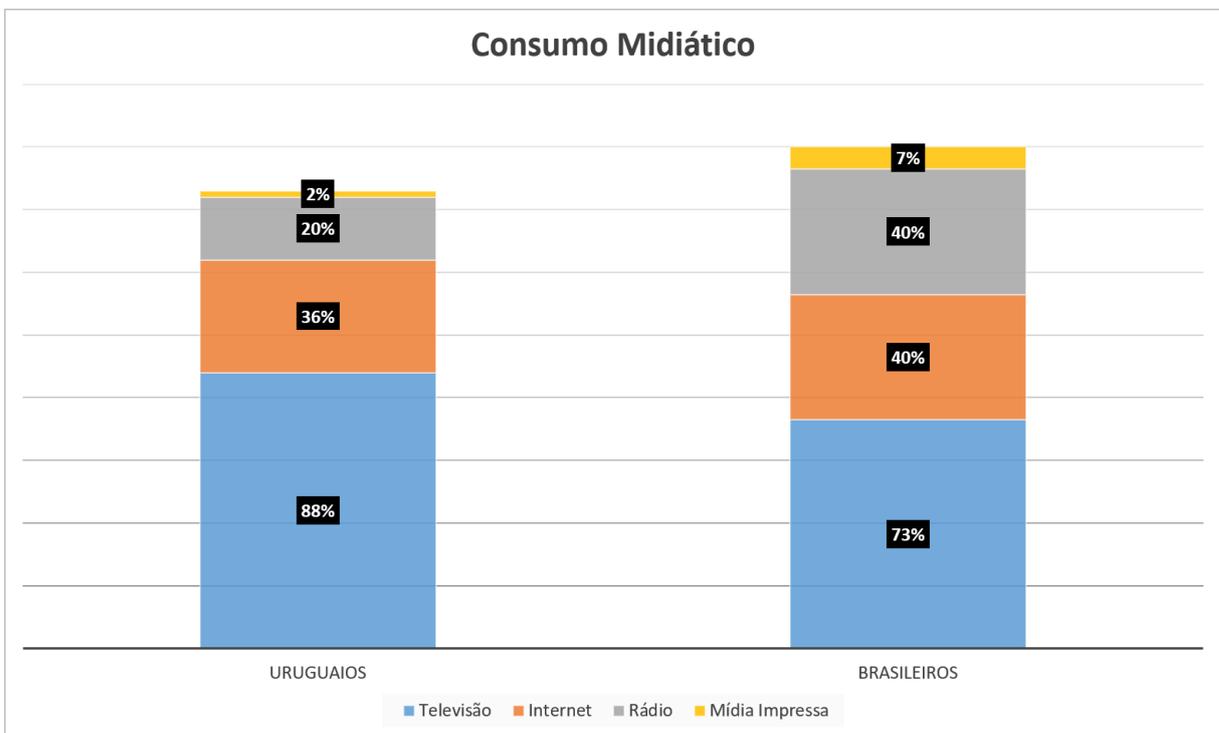
Fonte: Elaboração própria

Opinião	Total	Porcentagem
Positiva	7	47%
Intermediária	1	7%
Negativa	5	33%
Indiferente/ não soube opinar	2	13%
Total	15	100%

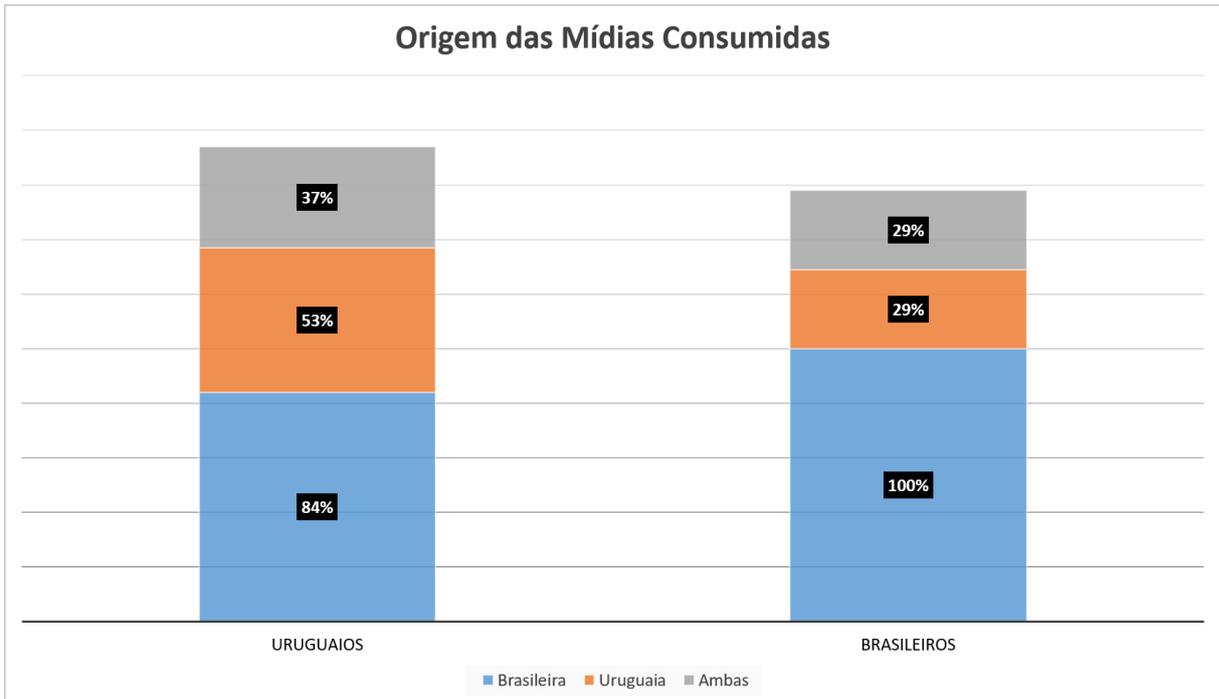
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

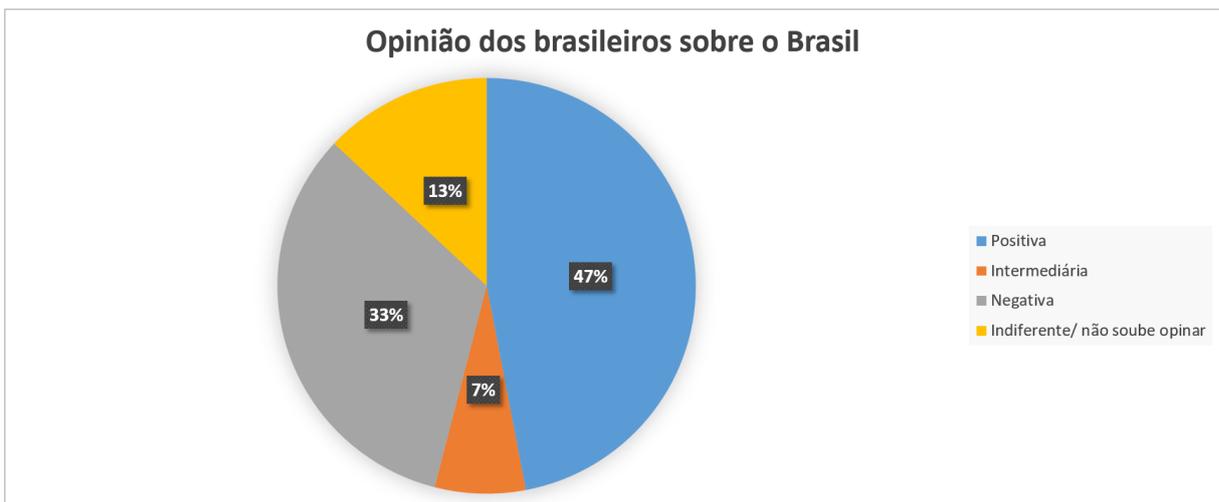


Fonte: Elaboração própria

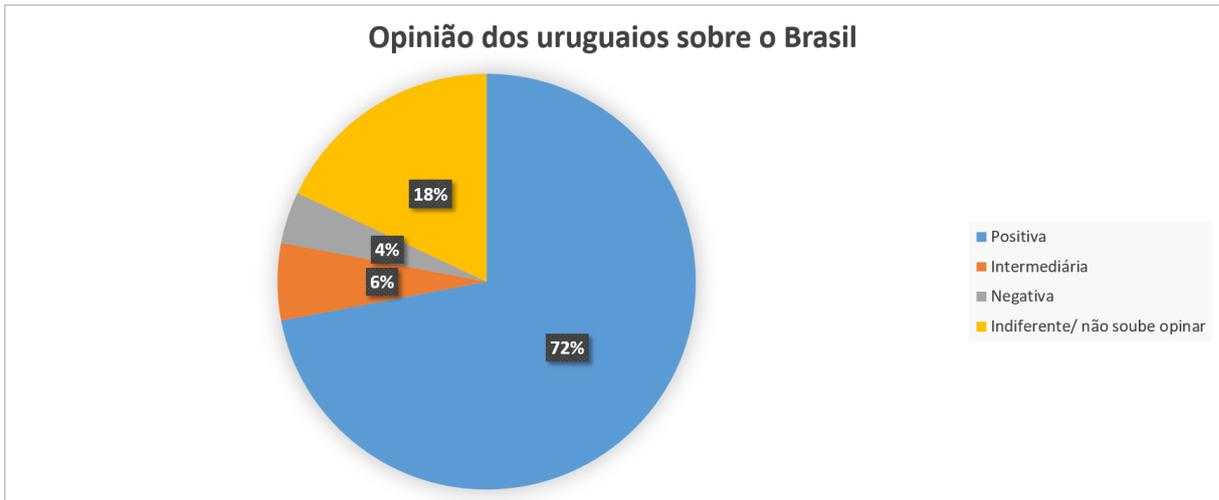


Fonte: Elaboração própria

Nota-se a partir da observação dos números e dos gráficos que os Uruguaios, apesar de consumir mais mídias uruguaias que brasileiros, ainda assim consomem mais mídia brasileira que os próprios brasileiros, como pode ser visto nas tabelas e gráficos da presente pesquisa.



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado, a mídia televisiva consumida em ambos os lados atua como promotor cultural e de forte fluidez nesse lugar. Se faz nítida a força que tem ao conseguir influenciar ambos os povos. Parafraseando o autor supracitado ao definir o que vem a ser poder responde que seria a capacidade de resistir às mudanças ou promovê-las (NYE, 2012). Neste caso se observa que, através da televisão, se tem o poder de resistir à influência uruguaia, a partir de produtos culturais que vem por meio de séries e novelas, ainda causando a inflamação de torcedores por eventos esportivos como o futebol, influenciando os uruguaaios a partir do consumo da mesma mídia.

O bombardeamento cultural a partir da promoção de mídias aparentemente como forma de lazer causa convencimento e impõe formas de pensar pelos telejornais, os quais passam as notícias do ponto de vista nacional. A reboque dessa carga cultural que pode ser assimilada, vem embutida uma gama de valores nacionais não pertencentes originalmente a quem se recebe, como a importância de personagens históricos de outra cultura, os valores nacionais e um imaginário popular alheio. Essa nova carga cultural, quando assimilada se faz valer no tocante a identificação como já dito anteriormente, fazendo dessa maneira se criar uma identidade globalizada dependendo dos espaços de convívio e o tipo de cultura que se escolhe, novamente remetendo à identidade multifacetada da modernidade tardia, já explicada por Hall anteriormente.

Este poder brando brasileiro tem sua efetividade de forma talvez não calculada, por não se tratar de um alvo específico. Neste caso, não há evidências que fora formulada para causar essa influência em uma, ou algumas respectivas nações. O que se pode concluir é que faça parte de uma tendência globalizante da cultura e de produtos culturais a serem consumidos, como explicado por Hall (2015) e Santos (2007). Neste contexto, existem grandes conglomerados que lançam produtos culturais e notícias de uma forma pasteurizada e enviesada para o público mundial procurando atingir culturas tradicionais e, pela assimilação, fazê-la híbrida. A formação da identidade cultural de um indivíduo é o resultado de interações constantes com o ambiente e da realidade na qual é inserido e em todo tipo de cultura na qual é exposto (HALL, 2015).

Detalhes importantes sobre a pesquisa é que a grande parte de pessoas que não consumiram as mídias brasileiras por meio de rádio e televisão, desde crianças são normalmente pessoas mais idosas, ou seja com 65 anos ou mais, afirmando nem haver aparelhos televisores em sua infância. Outra curiosidade é que dos uruguaios que afirmam não ter uma visão positiva do Brasil se dá pela imagem da própria mídia no tocante principalmente à política, em específico os esquemas de corrupção, os programas que denunciam o descaso com pacientes no sistema público de saúde e da violência urbana, mas de mesma maneira essa média manteve-se baixa.

Em questões do consumo da mídia e o impacto que há nessa sociedade ainda se confirmou a eficácia deste meio ao causar algumas vezes uma identificação ainda maior do que a anteriormente esperada, de apenas se ter uma boa imagem do Brasil e propagar sua cultura. Existem casos mais específicos, em caráter quase de exceção de tamanha exacerbação que além da propagação da língua e desse imaginário cultural brasileiro ainda se tem casos de uma ressignificação da identidade, como a de Clarisa Correa da Silva, 32 anos, que afirma: “o Brasil é uma coisa incrível, sou fã, acho fantástico, me identifico muito mais com o Brasil, apesar de ser uruguaia.” Dessa maneira se tem uma ideia do convencimento através do poder da mídia, sendo esta o promotor de *soft power*, fazendo a imagem brasileira de um modelo ideal, fruto de uma programação de novelas, as quais são a programação mais assistida pela população fronteiriça, seguida dos telejornais informativos. Se constrói então um imaginário cultural sobre como é a sociedade brasileira e seus valores, podendo, como no caso de Clarisa, se sobrepor à sua identidade nacional original, extravasando a barreira da língua e do conjunto de valores nacionais anteriores. Seja pelo fato

globalizante da cultura, ou a força do *soft power* brasileiro, essa influência transpassa, como se percebe, as barreiras linguísticas e territoriais.

O contraponto vem mesmo do lado brasileiro que, apesar de não ser completamente negativo, ainda é mais crítico que a visão uruguaia. Dentre os brasileiros, ainda que a maioria tenha uma visão positiva brasileira, os mais jovens que residem na vila traçam críticas ferrenhas, seja pela comparação com seu vizinho que é mais assistido pelo Estado, seja pela latente falta de oportunidade na região. Este último caso, o mais extremado encontrado durante a pesquisa foi da jovem Gabriele Gomes da Silva, 16 anos, que afirma “Ninguém tem uma visão boa do Brasil, e o Brasil não tem nada! Não se tem serviço ou oportunidade de trabalho. Bom é no Uruguai que se tem melhores serviços”. A jovem se queixa principalmente com a falta de perspectiva da vila e a discrepância em comparação dos serviços públicos entre as duas vilas, diferentemente de sua mãe, também moradora da Vila Albornoz, que vê o Brasil de modo positivo, e gosta muito, mesmo não sabendo dizer ao certo seu motivo, quando fora questionada o porquê que gosta tanto do Brasil.

Nessa última questão ao se perguntar aos mais velhos, em sua maioria tem uma visão positiva do Brasil, mesmo não sabendo ao certo o porquê pensam dessa maneira, ou até mesmo quando chegam a admitir que não está tão bom quanto gostariam. Ainda declaram que “se vive melhor no Brasil” como é a opinião de Gislene Gomes da Rosa, 36 anos, de Marco Venir Gomes da Rosa que afirma que se vive melhor no Brasil em comparação à qualquer outro país. Ainda existem opiniões como a de Carmen Lucia Cunha Rodrigues, 21 anos, que diz ter uma visão péssima do Brasil, principalmente pela corrupção, porém, que pelo menos agora se tem escola novamente na Vila, que é uma coisa boa, mas mantém a visão negativa do Brasil. No entanto, ao ser questionada se mudaria para o Uruguai, ou se queria ser uruguaia volta atrás e afirma: “não sairia daqui, quero morar aqui, sou brasileira”. Essa resposta retoma um conjunto de sensação de pertencimento, mesmo tecendo as críticas ao seu país, e não se sentindo à vontade com a situação interna, existe nos brasileiros, além de uma grande resistência em falar o espanhol, um conjunto de valores e sentimentos nacionais muito forte, na qual não se observou em quase nenhum brasileiro do local, admitindo maior identificação com o Estado vizinho ou qualquer outro Estado.

Essa visão, talvez seja um pouco descolada da realidade brasileira, pois, sempre que evocam o Brasil, ou a brasilidade, costumam ser retomados,

principalmente pelos uruguaios, as grandes paisagens, belezas naturais, a infinidade de biomas e representações culturais diversas, em suma, toda a cultura de exportação brasileira, de maravilhas e receptividade que se passa na televisão. Mesmo dentre os brasileiros, são evocadas essas coisas, mas, com um sentimento de distância, como se onde vivessem fosse outro Brasil, não o Brasil continental e diversificado da televisão, mas um microuniverso na comunidade que compreende o lugarejo binacional Brasil Uruguai.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade de um povo vem de sua formação histórica que passa por uma origem comum, na qual garante para uma população a identidade, aliada ainda a um território, e no mesmo desenvolve-se suas questões culturais. Dentro desta última, são criadas memórias através de estruturas materiais e imateriais na qual ganham corpo em um sentimento compartilhado de solidariedade. Cria-se nessa população laços, nos quais promovem identificação como semelhantes ao aceitar sua história, baseada em heróis nacionais, que representam não só um momento específico, mas todo um sentimento de comunhão de um propósito comum, o sentimento de pertencer ao grupo que compartilha uma mesma vontade de ser nação (HOBSBAWM, 2008).

Com esse interesse em comum, são levantados os fundamentos dessa união nacional, criando um povo, um sistema de governo, de gerenciamento político e econômico, na qual cria consigo a defesa de sua população por meios oficiais, garantindo sua proteção e serviços básicos para seu desenvolvimento como Estado. Nasce assim o Estado-Nação.

Para que esse Estado-Nação floresça, é necessário que se reafirme sua cultura e valores que mantem o povo acreditando em sua unidade, e se identifique em ser parte desse algo maior. A identidade nacional é essencial para que se mantenha o Estado em seu funcionamento, na crença de uma naturalidade em relação à nacionalidade de cada indivíduo. Nesse caso, os indivíduos criam essa identidade comum e compartilhada a partir do que vivem e no que são influenciados desde seu nascimento, compreendendo e absorvendo a cultura que se faz acreditar ser tão antiga quanto a própria nação e se faz nesses indivíduos o nacionalismo e a questão de se identificarem entre si. Essa identidade faz com que haja maior legitimidade na questão do Estado ser Nação, pois a nação nasce do nacionalismo de seu povo (HALL, 2015).

Na questão da identidade individual, se pode ainda destacar que as identidades são variadas e multifacetadas, sendo construídas dia-pós-dia, sendo então elas uma constante construção, além de um único indivíduo ter diferentes identidades dentro de si, que muitas vezes são conflitantes. Essas identidades se afloram dependendo do espaço que o indivíduo está inserido, e o contato que tem com outros indivíduos que compartilham dessa identidade comum, as vezes, inclusive havendo identidade mais afloradas que outras (HALL, 2015). Para que um Estado tenha o controle de seus

indivíduos é necessário que influencie seu povo a partir de uma cultura e crenças comuns e a vigilância constante, na qual vem em sua sociedade na forma da polícia, das escolas que formam os cidadãos, em leis e na arte e cultura que é produzida (HALL 2015).

O que se pôde observar na Vila Albornoz (BR) e Masoller (UY) foi a disparidade da presença estatal em sua forma oficial no lado brasileiro, e a forma mais efetiva no lado uruguaio. Pela sua formação histórica, os habitantes de ambos os lados não perdem sua nacionalidade, e seu sentimento de pertencimento à seu país em momento algum. O que vem a ocorrer é um certo sentimento de abandono pelos brasileiros pela comparação e necessidade de usar o sistema público uruguaio. Mesmo assim não é negada nacionalidade brasileira, devido a sua construção histórica. Essa construção principalmente no sul do Brasil fora feita de modo agressivo e em competição à espano-falantes, porém, desde o surgimento do Uruguai, se observa uma maior tolerância e após os estabelecimentos territoriais, um entendimento e bom convívio.

Na divisa entre as duas cidades Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), se observou uma complementaridade das necessidades econômicas e sociais, sendo inclusive classificada, de forma extra oficial, de ser uma mesma cidade binacional, havendo uma integração de grande efetividade advinda do próprio povo, que se organizou entre si para que se funcionasse de tal maneira. Neste contexto, há, portanto, laços afetivos, econômicos e de uma formação cultural similar, porém, com suas peculiaridades, pois ambos levam a figura do gaúcho e seu modo de vida, ainda que com a formação nacional diferente. De qualquer maneira, existe a questão da identidade e sua construção diária a partir de suas influências.

Voltando à questão Vila Albornoz e Masoller, apesar de o lado uruguaio ser muito mais bem assistido pelo Estado, desde vias de acesso a serviços públicos, acaba por ser influenciado pelo maior meio de comunicação das vilas em relação ao mundo, a televisão. Isto não significa, em nenhum momento, o abandono de sua nacionalidade por nenhuma das partes, mas que é notado que a partir da mídia televisiva brasileira como promotor cultural, que a mesma tem dupla função na vila. Por um lado as redes de televisão brasileiras acabam por manter informados e fazer o papel de influenciador cultural e influenciador identitário a partir da propagação da cultura nacional brasileira, o que mantém os brasileiros se sentindo brasileiros e ainda acaba por influenciar os uriguaiois.

Esse é o mecanismo de Poder Brando teorizado por Nye (1990) no qual procura, por meio da influência e da propagação cultural e assimilação de valores, fazer com que outros países pensem, ou queiram o que se quer, podendo influenciar a opinião pública e legitimar atos. Como foi observado, a partir desta influência midiática se conseguiu manter a identidade brasileira, e influenciar a partir de costumes, figuras históricas, questão religiosa e entretenimento, a cultura e identidade do país vizinho. Mesmo não os descaracterizando por completo, ou fazer negar sua identidade nacional maior. Se observou que em uma região quase isolada, com extremos na presença estatal, que a força do poder brando se fez útil para um status favorável ao país emissor dessas ondas de televisão.

Apesar de haver um território contestado, se observou que ambos os povos vivem em harmonia. Há entre eles um passado comum, uma história particular de cada povo, mesmo assim algo sincrético e particular da cultura local. O que se pode concluir é que havendo o fator de identificação e a possibilidade de uma influência cultural se faz efetiva por meio da televisão o exercício do poder brando como algo relevante. O estudo desse caso específico se mostrou importante pois pôde observar que, apesar de toda a grande política envolvendo Estados e em determinados momentos históricos em sua representação máxima na forma de suas forças armadas, a lógica de poder e territorialidade, negociações políticas e tudo que envolve a alta política estatal, também se pode observar as relações sociais na formação de um povo, e seus reflexos. Diz-se dessa maneira que, além de toda a noção de complementariedade econômica e estatal entre dois povos e sua maneira de viver simbioticamente, ainda se pode ver expressa e talvez impressa em cada lado das vilas o reflexo da formação de sua cultura e características no macro e micro que, ao passo que se revelou a presença estatal do lado Uruguaio e a importância histórica da vila representada pela morte de sua figura histórica, Aparício Saravia, se faz sólida, porém não suficiente. Enquanto o lado brasileiro traz as características da expansão brasileira e o apego à terra por questões práticas, que envolvem tanto um caráter estratégico e a presença militar, quanto a própria noção histórica formacional do brasileiro.

Conclui-se, portanto que, de fato, o *soft power*, aplicado por seu meio midiático, se mostrou eficaz, tanto na promoção da cultura brasileira, como aprendizado da língua, adoção de juízo de valores e promoção e assimilação cultural (se mostrou eficaz na injeção da cultura brasileira para os uruguaios), quanto para a manutenção

do sentimento nacional brasileiro, o que sugere uma retomada da máxima: “ter poder é promover a mudança ou resistir a ela” (NYE, 2012). Isto se fez de fato presente na observação final sobre a situação das vilas.

Entende-se que o embasamento teórico deste trabalho encontrou solidez nas falas dos autores escolhidos. O método utilizado, ao que parece, deu conta das questões metodológicas, em muito facilitando os trabalhos de pesquisa e direcionando os trabalhos para que fossem atingidos os objetivos propostos.

Tais constatações, aliadas à narrativa do texto, sugere novas incursões no tema que, como todo trabalho acadêmico de natureza social, não acaba aqui. Tem-se aqui uma abordagem inicial que poderá servir de estímulo e ponto de partida para novos estudos que venham a ocorrer. Por enquanto, acredita-se que, a situação destas vilas sejam observadas pelo poder público com mais atenção, especialmente do lado brasileiro que, pelo que se constatou, é a parte mais fragilizada e é esta a intenção do trabalho acadêmico: dar um retorno à sociedade do trabalho que aqui se faz, chamando a atenção do Estado, por ser este o promotor (pelo menos deveria ser) do bem comum. É o que, sinceramente, se espera.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **Armour: uma aposta no pampa**. Santa Maria: Paloti, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism**. Verso Books, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Insurrección de Artigas e invasiones portuguesas**. 2006. Disponível em: <http://www.laondadigital.uy/LaOnda2/538/A5.htm> . Acesso em: 8 de jul/2017.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política de L à Z**. 13ª Edição. Brasília: Editora UnB, 2010.

BENTO, Fábio Régio et al. **Fronteiras em Movimento**. 1ª edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BRUM, Maurício. **Brasil ou Algo Assim**. Revista Piauí, São Paulo, nº83, edição de Agosto, Editora Abril, 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/brasil-ou-algo-assim/>. Acesso em: 8 de jul/2017.

HALL, Stuart **A Identidade Cultural da Pós Modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HALL, Stuart **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. 5ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

HROCH, Miroslav. **From National Movement to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe**, in Balakrishnan, Gopal, ed. Mapping the Nation. Nova York e Londres: Verso, 1996: pp. 78-97.

KRANZ, Bernardo Koch. **Capitão América (V4): Soft Power e Diplomacia Cultural na Guerra ao Terror (2002-2006)** / Bernardo Koch Kranz. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2015.

KRUKOSKI, Wilson R. M. **Masoller / Vila Albornoz: Breve Notícia Histórica**. 2012. Disponível em: <http://www.info.incc.br/masoller.html>. Acesso em: 05 out/2017

MASCARENHAS, Jorge Lopes, RODRIGUES, Mathias. **Limite Contestado, Pero no Mucho**. Revista O Viés. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2014/09/limite-contestado-pero-no-mucho/> Acesso em: 06 jun/2017).

MOURA, Matias - **Vila Thomaz Albornoz Recebe Mutirão de Limpeza e Embelezamento** – Jornal A Plateia – Santana do Livramento - RS – 2017 – edição dia 06/06/2017 , também disponível online - acesso 08/06/2017 <http://www.aplateia.com.br/VisualizarNoticia/41885/vila-thomaz-albornoz-recebe-mutirao-de-limpeza-e-embelezamento-.aspx>

MUNHOZ, Vanessa de Abreu, **A PROBLEMÁTICA DO CONTRABANDO E DESCAMINHO NA FRONTEIRA SANTANA DO LIVRAMENTO (BRASIL)-RIVERA (URUGUAI) SOB AS PERSPECTIVAS CONSTRUTIVISTA E CULTURALISTA**. f.80, Monografia, Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento – RS, 2013

NYE, Joseph **Soft Power**. Foreign Policy. No 80, Twentieth Anniversary (Autumn, 1990

NYE, Joseph **O Futuro do Poder**. Benvirá. 2012. São Paulo- SP

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Natasha R. e SÁNCHEZ, Felipe : **Portunhol, Busca sair da exclusão na fronteira entre Brasil e Uruguai:**
http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/23/cultura/1437685636_246770.html

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. Editora Presença. Portugal. 2001

STALIN, Josef Vissariónovitch. **Marxism ant the National Question**. 2012. CPGB-ML. Londres.

TENDLER, Silvio. SANTOS, Milton, **Encontro com Milton Santos: Globalização Visto do Lado de Cá**. – Brasil, 2007, Colorido, duração 1:29:23<https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>. Acesso em: 03/06/2017.

WEBER, Max **Ensaio de Sociologia**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Decreto N° 6.759, de 5 de Fevereiro de 2009. – Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. – Presidência da República, Casa Civil Subchefia para casos jurídicos – Brasil – acesso http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm

ANEXOS

Anexo A – Roteiro de Entrevista

- 1) Idade
 - até 10 anos
 - 11 – 20
 - 21 – 30
 - 31 – 40
 - 41 – 50
 - 51 – 60
 - mais de 60

- 2) Nacionalidade
 - Brasileiro Uruguaio

- 3) Fala português?
 - Sim Não

- 4) A televisão teve influência no aprendizado da língua?
 - Sim Não

- 5) Quais mídias acessa mais?
 - Televisão
 - Internet
 - Rádio
 - Jornal, revista etc

- 6) Consume com maior frequência mídias:
 - Brasileiras
 - Uruguaias
 - Ambas

- 7) Assiste televisão brasileira? Se sim, com que frequência?
 - Não assiste
 - Raramente
 - Algumas vezes por semana
 - Todos os dias

- 8) Quando criança/as crianças assistem desenho em português?
 - Sim Não

- 9) Visão sobre o Brasil:
 - Positiva Negativa Neutra ou indiferente

- 10) Mudaria ou visitaria o Brasil?